



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA APLICADA – PPGEA**

**EVERSON LUÍS MORAES COSTA**

**ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ESTRATÉGIA POLÍTICA PARA O  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL: Um estudo do Plano Estadual de Qualificação  
Social e Profissional do Pará (PQSP/PA) da SEASTER.**

Belém - Pará

2024

**EVERSON LUÍS MORAES COSTA**

**ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ESTRATÉGIA POLÍTICA PARA O  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL: Um estudo do Plano Estadual de Qualificação  
Social e Profissional do Pará (PQSP/PA) da SEASTER.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada (PPGEA), da Universidade Federal do Pará (UFPA), como requisito para a obtenção do título de Mestre em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Danilo Araújo Fernandes

Belém - Pará

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a)  
autor(a)

---

C837e Costa, Everson Luís Moraes.  
ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ESTRATÉGIA  
POLÍTICA PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL : Um  
estudo do Plano Estadual de Qualificação Social e  
Profissional do Pará (PQSP/PA) da SEASTER / Everson  
Luís Moraes Costa. — 2024.  
86 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Danilo Araújo Fernandes  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,  
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-  
Graduação em Economia, Belém, 2024.

1. Economia Solidária. 2. Emprego e Renda. 3.  
Desenvolvimento Regional. 4. Política Pública. I. Título.

CDD 330.0608115

---

**EVERSON LUÍS MORAES COSTA**

**ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ESTRATÉGIA POLÍTICA PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL:** Um estudo do Plano Estadual de Qualificação Social e Profissional do Pará (PQSP/PA).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada (PPGEA), da Universidade Federal do Pará (UFPA), como requisito para a obtenção do título de Mestre em Economia.

**Aprovada em 09 /10 / 2024**

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof. Dr. Danilo Araújo Fernandes  
Orientador – PPGEA/UFPA

---

Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Jurandir Santos Novaes  
Membro Interno – PPGEA/UFPA

---

Prof. Dr. João Claudio Tupinambá Arroyo  
Membro Externo

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por ser essencial em minha vida, autor de meu destino, meu guia e sempre presente nas horas difíceis.

Dedico à minha família, meus pais, irmãos, esposa e filhas, cujo amor e apoio incondicional foram a força durante essa jornada desafiadora de minha vida, e luz que me guiou a cada página escrita deste trabalho.

## **AGRADECIMENTOS**

Meus sinceros agradecimentos e gratidão a todos que contribuíram para essa jornada desafiadora e enriquecedora que foi meu mestrado em Economia, com foco especial na economia solidária enquanto estratégia política de desenvolvimento regional na geração de trabalho, emprego e renda.

Inicialmente, agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Danilo Araújo Fernandes, pelo apoio, orientação e inspiração ao longo deste percurso acadêmico. Suas valiosas contribuições foram de fundamental importância na construção do meu trabalho e estímulo ao meu crescimento profissional.

À minha família e amigos meus sinceros agradecimentos. Vocês foram fontes constantes de apoio e encorajamento nessa trajetória. As palavras de incentivo e compreensão foram fundamentais para eu conseguir superar os desafios e celebrar cada etapa vencida dessa importante conquista!

Aos colegas de classe, com quem compartilhei debates e aprendizados, agradeço pela colaboração e pelo ambiente acadêmico enriquecedor que construímos juntos. Cada interação foi uma oportunidade de ampliar meu entendimento sobre os temas complexos que exploramos.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Economia – PPGEA, da Universidade Federal do Pará - UFPA, de forma especial, aos professores e técnicos, por fornecerem um ambiente estimulante durante todo o curso, com foco na formação de profissionais comprometidos com a excelência acadêmica. Serei eternamente grato à instituição pela oportunidade de explorar questões tão relevantes e atuais em economia! Sigo com o compromisso de aplicar os conhecimentos adquiridos no campo prático.

Por fim, agradeço a todos e todas que, de alguma forma, contribuíram para minha trajetória, tornando possível este momento significativo. A conclusão deste mestrado representa não apenas um marco acadêmico, mas também o início de uma nova fase na minha jornada profissional. Eterna Gratidão!

“A solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada igualitariamente pelos que se associam para produzir, comercializar, consumir ou poupar. A chave dessa proposta é a associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais” (Singer, 2002, p. 9).

## RESUMO

Esta dissertação traz uma reflexão do Plano Estadual de Qualificação Social e Profissional do Pará (PQSP/PA) da SEASTER, no período de 2016 a 2019, tendo como objetivo geral compreender a perspectiva de economia solidária enquanto estratégia política de desenvolvimento regional, presente no referido Plano. Como objetivos específicos, buscamos apresentar uma discussão conceitual sobre economia solidária; analisar a relação economia solidária e desenvolvimento regional; refletir sobre as políticas de economias solidárias no campo institucional, com ênfase nas ações de empreendedorismo. O estudo teve como direcionamento metodológico a pesquisa bibliográfica e documental, com abordagem qualitativa, tendo como referencial teórico autores como Singer (2002), Sachs (1990), Silva (2006), Coelho (2006), Cattani (2003), dentre outros, em consonância com o objeto de estudo deste trabalho. Como resultado, podemos tecer inferências de que o PQSP/PA foi estruturado como estratégia política de desenvolvimento regional, e importante ferramenta na promoção de trabalho, emprego e renda, com foco em ações de empreendedorismo social a partir da concepção de economia solidária.

**Palavras-chave:** Economia Solidária. Emprego e Renda. Desenvolvimento Regional. Política Pública.



## **ABSTRACT**

This dissertation presents a reflection on the State Social and Professional Qualification Plan of Pará (PQSP/PA) of SEASTER, from 2016 to 2019, with the general objective of understanding the perspective of a solidarity economy as a political strategy for regional development, present in the aforementioned Plan. As specific objectives, we seek to present a conceptual discussion on solidarity economy; analyze the relationship between solidarity economy and regional development; reflect on solidarity economy policies in the institutional field, with an emphasis on entrepreneurship actions. The methodological direction of the study was bibliographic and documentary research, with a qualitative approach, using as theoretical reference authors such as Singer (2002), Sachs (1990), Silva (2006), Coelho (2006), Cattani (2003), among others, in line with the object of study of this work. As a result, we can draw inferences that the PQSP/PA was structured as a political strategy for regional development, and an important tool in promoting work, employment and income, focusing on social entrepreneurship actions based on the concept of a solidarity economy.

**Keywords:** Solidarity economy; Employment and Income; Regional development; Public policy.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Programas no PPA do Estado do Pará (2016-019) .....	67
Quadro 2 - Objetivos e respectivas ações do Programa, Trabalho, Emprego e Renda da SEASTER .....	70
Quadro 3 - Fomento a Economia Solidária e ao Empreendedorismo - ações e produtos .....	72
Quadro 4 - Promover a inserção e a reinserção de trabalhadores no mundo do trabalho .....	72

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Demonstrativo dos valores (r\$ em milhões) destinados ao Programa Trabalho, Emprego e Renda previstos no PPA (2016-2019) .....	60
Gráfico 2 - Demonstrativo dos valores realizados no Programa Trabalho, Emprego e Renda .....	64
Gráfico 3 - Demonstrativo dos valores realizados no Programa Trabalho, Emprego e Renda .....	65

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Valores destinados ao Programa Trabalho, Emprego e Renda no PPA (2016-2019) .....	60
Tabela 2 - Ações para fomentar a economia solidária e o empreendedorismo .....	61
Tabela 3 - Ações de promoção para inserção e a reinserção de trabalhadores no mundo do trabalho - Metas e resultados alcança .....	62
Tabela 4 - Programa Trabalho, Emprego e Renda - PPA (2016-2019) - Ações de promoção à inserção e reinserção de trabalhadores no mundo do trabalho .....	63
Tabela 5 - Programa Trabalho, Emprego e Renda - PPA (2016-2019) - Ações para fomentar a economia solidária e o empreendedorismo.....	64
Tabela 6 – Programas e valores previstos no PPA (2016-2019) .....	67
Tabela 7 - Programa Trabalho, Emprego e Renda - PPA (2016-2019) .....	69
Tabela 8 - Distribuição dos valores por Programas - PPA (2016-2019) .....	69

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADS	Agência de Desenvolvimento Solidário
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EE	Economia Solidária
EES	Empreendimentos Econômicos Solidários
FSM	Fórum Social Mundial
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FIEPA	Federação das Indústrias do Estado do Pará
ITCP	Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ILE	Iniciativas Locais de Emprego
IDE	Iniciativas de Desenvolvimento Empresarial Local
IDL	Iniciativas de Desenvolvimento Local
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPS	Índice de Progresso Social
LDO	Lei de Diretrizes e Orçamentarias
LDA	Lei Orçamentaria Anual
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
PCD	Pessoa Com Deficiência
PNES	Plenária Nacional de Economia Solidária
PPA	Plano Plurianual
PPGEA	Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada
PQSP	Plano Estadual de Qualificação Social e Profissional
SEASTER	Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda
SETEPS	Secretaria Executiva de Estado de Trabalho e Promoção Social
SETER	Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego e Renda
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SEPLAD	Secretaria de Estado de Planejamento e Administração
SINE	Sistema Nacional de Emprego
UFPA	Universidade Federal do Pará

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	122
<b>2. ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA DISCUSSÃO CONCEITUAL</b>	177
2.1 Breve contextualização da economia solidária	18
2.2 Abordagens sobre economia solidária	22
2.3 O início da Economia solidária no Brasil	25
<b>3. ECONOMIA SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL</b>	29
3.1 Economia solidária como estratégia política para o desenvolvimento regional	32
3.2 Economia Solidária e a problemática social	34
3.3 Caracterização da economia regional amazônica	36
3.3.1 O pensamento cepalino e o desenvolvimento econômico da periferia Amazônica	34
<b>4. ECONOMIA SOLIDÁRIA E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO</b>	39
4.1 Políticas Públicas de economia solidária no Brasil	42
4.2 Políticas Públicas de economia solidária no Pará	Erro! Indicador não definido.3
4.2.1 Experiência: Fundo Ver-o-Sol "Banco do Povo" em Belém do Pará	49
4.2.2 Política Estadual de Fomento à Economia Popular e Solidária	55
<b>5. O PLANO ESTADUAL DE QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL DO PARÁ (PQSP/PA) DA SEASTER</b>	57
5.1 Breve contextualização do Plano	57
5.2 O Plano Estadual de Qualificação Social e Profissional do Pará (PQSP/PA)	58
5.2.1 O Programa Trabalho, Emprego e Renda no âmbito do PQSP/PA	61
5.2.1.1 Recursos executados no Programa no âmbito do PPA 2016-2019	62
5.2.2 Identificação dos objetivos e ações do Programa da SEASTER no PPA 2016-2019	68
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	74

REFERÊNCIAS .....[76](#)

## 1 INTRODUÇÃO

Diferentes estudos mostram que a economia solidária ganhou destaque por volta do final do século XX, em consequência das crises econômicas, se apresentando como uma resposta ao agravamento da crise do trabalho e da crescente insatisfação com o desempenho do sistema público de segurança social (França Filho e Laville, 2004).

É, portanto, diante das transformações socioeconômicas oriundas da história do capitalismo que emerge como modelo alternativo a economia solidária, se constituído como uma nova forma de organização do trabalho e das atividades econômicas em geral (Gaiger, 2014).

Segundo Veiga (2004), a economia solidária se apresentou como resposta dos trabalhadores à reestruturação produtiva e ao uso abusivo e sem critérios de novas tecnologias que provocaram, ainda que sem intenção, desemprego em massa, encerramento de firmas e marginalização cada vez maior, sobretudo nos países do chamado Terceiro Mundo.

Economia solidária refere-se ao tipo de economia democrática, simétrica, solidária, de troca e cooperação entre grupos que desenvolvem padrões culturais, sociais de direitos humanos, filantrópicos, voltados para o equilíbrio da natureza, onde é possível que alguns recebam ajuda, enquanto outros dão apoio, um age por sua própria vontade. Ambos representam alternativas econômicas que buscam dinamizar a economia e ativar grupos que não participam de seu próprio desenvolvimento. No entanto, considera-se importante saber diferenciar ambos (Benini, 2003).

Nas análises de Culti (2006) a reação da classe trabalhadora afigura-se como a busca de equilíbrio, que a partir da ação almejam uma alternativa possível para os trabalhadores, na sua maioria excluídos do mercado de trabalho formal e do consumo, se apresentando ainda como uma importante alternativa de inclusão dos trabalhadores no mercado de trabalho, dando uma nova oportunidade aos mesmos, através da autogestão.

Ainda segundo Singer (2002, p.10), a economia solidária é um modo de produção “cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital



e o direito à liberdade individual”, os quais geram, a partir de sua aplicabilidade, a construção de uma classe de trabalhadores que detém um capital igualitário em uma sociedade econômica. Além disso, esse modelo econômico se dá a partir da autogestão e de um viés essencialmente democrático, com forte incentivo à cooperação em contrapartida à competição.

Alguns dos principais pensadores e precursores do movimento como Saint-Simon, Charles Fourier, Pierre Proudhon e Robert Owen, vislumbrava uma sociedade baseada em atos de cooperativismo, mutualismo e solidariedade. Esses pensadores foram intitulados por Karl Marx, como socialistas utópicos, pois o padrão considerado não evidenciava as mudanças desejadas. (SINGER, 2002; ARROYO, 2006)

A economia solidária no Brasil se instala como resposta ao desemprego que assola o país, são criados empreendimentos de esforço coletivo e decisão também, rompendo com a hierarquização dos espaços de trabalho. “A economia solidária surge como reação à crise na forma de numerosas iniciativas locais.” (França Filho, 2006)

Segundo Singer (2002) no Brasil, a Economia Solidária (ES) chegou no final do século XX, mas realmente se intensificou a partir da década de 80, como uma resposta dos trabalhadores às consequências do crescimento desenfreado do capitalismo industrial. A economia solidária reaparece no final do século XX, devido uma nova estrutura de organização dos movimentos sociais que trazem propostas de alternativas ao desenvolvimento capitalista. (Silva, apud Bertucci e Silva, 2003).

A exclusão dos trabalhadores do mercado de trabalho na década de 90 contribui para que as práticas de Economia Solidária cresçam em todo o país e sejam visibilizadas enquanto prática emancipadora. Alguns trabalhadores que estão excluídos do mercado de trabalho, se inserem nessa prática, que com esses fatores econômicos, políticos e sociais acabam por contribuir para a criação de uma economia paralela, com uma dimensão menor e acoplada ao sistema hegemônico, com diretrizes de produção, trabalho e escoamento que visa o coletivo e as decisões horizontais (Silva, 2015)

No contexto da realidade brasileira, ao longo da década de 1990, muitos grupos populares (urbanos e rurais) apresentavam entre seus pontos organizativos o cooperativismo e o associativismo como forma de unificar o discurso em torno dessa pauta, passando a adotar o termo “economia solidária” como um conceito aglutinador

de iniciativas econômicas, que foram então denominadas pelos próprios atores envolvidos nesse debate como “*empreendimento econômicos solidários*” – EES (IPEA, 2016).

A Economia Solidária apresentava-se, nesse período, como uma economia alternativa inovadora de geração de trabalho e renda, que segundo Coelho (2006) se apresenta como uma nova forma de olhar para o empreendedorismo enquanto práticas sociais e ambientais sustentáveis, entende-se por Economia Solidária o setor da economia que é regido interna e externamente por relações de cooperação solidária, troca, financiamento e consumo, o autor a assume como aquela forma de economia que se desenvolve em um ambiente democrático, participativo e simétrico, cujo foco é a responsabilidade e uma cultura de direitos humanos, voltada para o serviço e o apoio mútuo como sociedade.

Com base nesses princípios de economia solidária, diversas ações começaram a ser implementadas por meio da previsão e execução orçamentaria de programas governamentais, enquanto alternativa de geração de trabalho e renda, compostos por uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas auto gestionárias, redes de cooperação, entre outras.

Ainda para Singer (2002) a questão da ideologia cooperativista vem na contramão ao modelo de produção do capitalismo vivido. O autor traz a cooperativa como o centro da empresa solidária, pois as relações internas entre os trabalhadores de participação e autogestão são particularidades originárias da economia solidária.

Cruz e Santos (2010) enfatizam que essas ações se materializam por meio de atividades produtivas de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário.

Ao fazer um estudo sobre Economia Solidária enquanto estratégia política de desenvolvimento, Jorge (2010) destaca que ela se apresenta como prerrogativa de organização da sociedade civil em virtude das distintas minorias que dele fazem parte enquanto alternativa de organização socioeconômica. Enfatiza ainda como esse modelo de produção vem sendo inserida nos espaços institucionais e/ou nas Políticas Públicas de emprego e renda, destacando a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária em 2003, que teve como principal ação o mapeamento dos

Empreendimentos Econômicos Solidários – EES. Segundo o autor, os EES tornaram-se uma importante ferramenta de inclusão social e, portanto, de desenvolvimento socioeconômico.

Coelho (2006) ao analisar experiências coletivas atuantes dentro da Economia Solidária, destaca que as quatro áreas produtivas são: a agricultura familiar, a produção de alimentos já preparados, a confecção de gêneros artesanais e a prestação de serviços, respectivamente.

Buzzatti (2007) reafirma essa análise, em relação às atividades produtivas de Empreendimento Econômico Solidário - EES, enfatizando que elas apresentam uma extensa variedade e expressiva quantidade de produtos e serviços. Segundo Buzzatti (2007), as atividades desenvolvidas pelo Empreendimento Econômico Solidário - EES apresentam uma variada e expressiva quantidade de produtos e serviços oferecidos, porém, buscam algo além da forma de se produzir igualmente. Buscam mostrar a história das comunidades, das etnias e de suas raízes, bem como a plena incorporação dessas comunidades, em igualdade de condições na vida política, econômica, cultural e identidade.

No contexto atual segundo Gaiger e Kuyven (2020), observa-se uma predominância de EES alinhadas à produção de bens (atividade que usualmente envolve a comercialização), totalizando 56,2%. Tendo ainda EES dedicadas ao consumo ou uso coletivo de bens e serviços pelos sócios, com 20%, por conseguinte têm-se os EES apenas de comercialização, abarcando 13,3%, e aqueles de prestação de serviço ou trabalho a terceiros, com 6,6%. Os últimos dois tipos são claramente minoritários ou de menor parcela: EES de troca de produtos e serviços, com 2,2%, e EES de poupança, crédito ou finanças solidárias, com 1,7%. Desta forma diferenciando a visão de Coelho (2006), sobre as áreas de destaque daquele tempo para os dias atuais.

Alguns estudiosos da economia solidária destacam que a diferença deste modelo em contraponto à economia capitalista, onde os ativos de capital, como fábricas, minas e ferrovias, podem ser de propriedade e controle privados, a mão-de-obra é comprada por salários em dinheiro, os ganhos de capital revertem para proprietários privados e os preços atribuem capital e mão-de-obra para usos competitivos está na cooperação e solidariedade, afirmando valores de respeito a quem produz, resultando de uma construção coletiva ou seja, trabalhar a

compreensão conjunta, entrar na situação de aprendizagem de forma interativa, valendo-se da experiência anterior que tem e da experiência imediata, que foi regulada e formada no grupo, tendo como principal mecanismo de funcionamento a autogestão, maior desafio técnico e filosófico (Benini e Neto, 2008).

Segundo Fraga e Oliveira (2015), o impulsionamento a criação de associações para tornar os grupos mais atuantes, visa aproximar os indivíduos de sua autonomia e do desenvolvimento local e regional, buscando a participação e cooperação de todos para que contribuam de formas diferentes, agregando novos conhecimentos e transformando comportamentos, resultando em uma comunidade mais interessada, disposta e participativa assumindo as responsabilidades nas decisões e desenvolvimento.

Ainda para Leonello (2010), podemos considerar que o desenvolvimento local tal como o regional, envolve tanto os fatores sociais e culturais quanto os políticos, que não são regulados pelo sistema de mercado, é considerado um conjunto de atividades culturais, econômicas e políticas que compartilham um projeto que cause transformação na realidade local ou regional onde se está inserida.

Partindo dessas premissas, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar a perspectiva de economia solidária enquanto estratégia para o desenvolvimento regional, presente no campo institucional, no âmbito do Plano Estadual de Qualificação Social e Profissional (PQSP/PA) da Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda do Estado do Pará – SEASTER/PA, compreendido o período de 2016 a 2019, relativando as questões sobre a economia solidária.

O estudo teve como direcionamento metodológico a análise qualitativa. Para tanto, foi realizado uma pesquisa bibliográfica, com o propósito de construir uma base teórica sobre o conceito de economia solidária, que traz em seu entendimento a questão do desenvolvimento regional e necessidade de melhoramento quanto as políticas públicas relacionadas a economia solidária, pautada em autores como Singer (2002), Sachs (1990), Silva (2006), Coelho (2006), Cattani (2003), dentre outros, buscando responder os objetivos propostos. Alguns dados foram obtidos também por meio de ferramentas e documentos publicados e disponibilizados pela Gestão Pública em suas plataformas on-line.

Assim, a hipótese central do presente trabalho é de que o PQSP/PA foi estruturado seguindo princípios da economia solidária, enquanto ferramenta de inclusão social e geração de trabalho e renda, na perspectiva de uma estratégia de desenvolvimento socioeconômico na região, buscando pautar e demonstrar a necessidade de políticas mais abrangentes quanto a economia solidária.

O trabalho está organizado da seguinte forma: 1. Introdução; 2. Economia Solidária: uma discussão conceitual; 3. Economia Solidária e Desenvolvimento Regional; 4. Economia Solidária e sua Institucionalização; 5. O Plano de Qualificação Social e Profissional do Pará (PQSP/PA) da SEASTER; Considerações Finais.

## **2 ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA DISCUSSÃO CONCEITUAL**

Os princípios da economia solidária, como o próprio nome indica, fazem parte da solidariedade entre os trabalhadores que foram explorados e que percebem e se conscientizam de que sua capacidade de gerar riqueza beneficia apenas os donos do capital. Ou seja, a solidariedade brota da própria natureza da pessoa humana, indicando que os indivíduos não estão sozinhos, preferem viver juntos porque o homem, social por natureza, não pode prescindir dos seus semelhantes nem pode procurar desenvolver as suas capacidades de forma independente.

Enquanto noção ou conceito, o termo economia solidária identifica uma série de experiências organizacionais inscritas numa dinâmica atual em torno das chamadas novas formas de solidariedade. Estas novas formas de solidariedade fazem alusão à iniciativa cidadã em oposição, ao mesmo tempo, às formas abstratas de solidariedade praticadas historicamente pelo Estado, de um lado, e às formas tradicionais de solidariedade marcadas pelo caráter comunitário (França Filho, 2001, p. 247).

Ainda segundo Singer (2002), a economia solidária pode ser definida enquanto um conjunto de atividades econômicas de produção, consumo e crédito organizadas a partir de formas de autogestão, com tomada de decisão democrática, envolvendo diretamente todos os membros da entidade e/ou ação produtiva, sendo base de transformação material e socioeconômica. Porém, o autor ressalta que.

A economia solidária é ou poderá ser mais do que mera resposta à incapacidade do capitalismo de integrar em sua economia todos os membros da sociedade desejosos e necessitados de trabalhar. Ela poderá ser o que em seus primórdios foi concebida para ser: uma alternativa superior ao capitalismo. Portanto, a economia solidária apoia-se em termos de base social, oriundo da sociedade civil, em decorrência da crise das relações

trabalho-capital, que trouxe como consequência o aumento da exclusão social na aquisição de bens e serviços, por parte de uma grande massa de pessoas. Tal contexto deu origem a novas formas de organização do trabalho e da produção de bens e serviços, por meio da criação de cooperativas e associações, pequenas empresas autogestionárias, administrado por meio de formas e métodos democráticos de tomada de decisão (Singer, 2002, p. 114)

## **2.1 Breve contextualização da economia solidária.**

Estudiosos como Singer (2002), Sachs (1990), Silva (2006), Coelho (2006), Cattani (2003), associam o surgimento da economia solidária com o advento do capitalismo industrial na segunda metade do século XVIII, o qual trouxe como consequência o empobrecimento dos artesãos, em decorrência do processo de industrialização e da organização fabril da produção.

Tal contexto originou lutas históricas dos trabalhadores por melhores condições de vida e de trabalho, surgindo no início do século XIX as primeiras experiências de economia solidária, sob a forma de cooperativismo, como resistência ao avanço do capitalismo industrial.

Conforme defende Singer (2002), que “a economia solidária não é criação intelectual de alguém, embora os grandes autores socialistas denominados utópicos da primeira metade do século XIX (Owen, Fourier, Buchez, Proudhon etc.) tenham dado contribuições decisivas ao seu desenvolvimento, a economia solidária é uma criação em processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo. Como tal, ela não poderia preceder o capitalismo industrial, mas o acompanha como uma sombra, em toda a sua evolução (p. 13).”.

Ainda para Fraga e Oliveira (2015), a economia solidária passa e ganhar destaque nos anos 80 e 90, devido as crises econômicas ocorridas, que desencadeou diversos problemas, como a precarização e exclusão dos trabalhadores a época. O movimento sindical em decorrência do cenário vivido e instalado de desemprego oriundo do fechamento de diversas fábricas, devido à recessão econômica da época, passa fomentar por meio de apoio a recuperação das empresas por trabalhadores que atuavam em vieses da economia solidária, a autogestão.

Desta forma a busca de novos mecanismos de regulação da sociedade em que articulações econômicas e políticas possam fecundar em práticas socioeconômicas a

partir do território, criando redes de serviços solidários nas residências ou no próprio bairro, em ações que busquem resolver questões associadas à qualidade de vida.

Ainda, segundo França Filho e Lavelle (2004), a economia solidária conceitualmente surgiu na França, decorrente da crise da sociedade salarial no início dos anos 90. Tem como pressuposto a busca de novos mecanismos de regulação da sociedade, em que práticas socioeconômicas passaram a ser realizadas a partir do território. Algumas categorias definidas por França Filho e Lavelle (2004) e Singer e Souza (2002) possibilitam a caracterização da economia solidária: pluralidade de princípios econômicos, autonomia institucional, democratização dos processos decisórios, sociabilidade comunitário-pública, finalidade multidimensional, a posse coletiva dos meios de produção, a gestão democrática da empresa, a repartição da receita líquida entre os cooperados, a destinação das sobras por critérios definidos entre os associados.

Estudos realizados por Singer (2002), mostram que a economia solidária surgiu, nos primórdios do capitalismo industrial, como reação ao desemprego e empobrecimento dos artesãos, provocado pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção. Se apresentando, portanto, não como um campo novo de trabalho, mas como reação ao capitalismo industrial.

Arroyo e Schuch (2006) destacam que seus estudos que, a economia solidária, desde a sua origem, se apresenta, não como uma “economia dos pobres” e de uma estratégia lateral de geração de emprego e renda para amenizar as consequências do capitalismo, mas sim, como uma nova forma de organização social e seus ativos primários.

### **2.1.1 A Economia Solidária no Brasil: contexto histórico**

No Brasil, o processo de industrialização e de urbanização trouxe como consequência grandes desníveis econômicos e sociais para o mercado de trabalho. Tal fator acarretou aumento do desemprego e da forma de trabalho assalariado para todos. Frente a esse cenário, surgiram as primeiras experiências de economia solidária nos anos de 1980, se consideramos as cooperativas e outras experiências coletivas e solidárias.

O cenário político e econômico da década de 90, propiciaram um debate teórico sobre as experiências e práticas de economia solidária, bem como, o seu processo

de institucionalização, que começaram a crescer em diferentes espaços institucionais por meio de políticas públicas. Paralelo a essa perspectiva, os movimentos sociais tinham a preocupação de que as experiências econômicas solidárias perdessem autonomia frente ao mercado, considerando que visavam também a emancipação social.

Esses fatores são um marco para o surgimento do termo Economia Solidária (ES) a partir da década de 1990, se apresentando como uma alternativa de superação da pobreza e construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A discussão conceitual surgiu pela primeira vez no Brasil em 1996, em um artigo de Paul Singer publicado no Jornal Folha de São Paulo, intitulado: “Economia solidária contra o desemprego”

Partindo dessa concepção, as experiências de economia solidária surgem no Brasil final do Século XX como resposta dos trabalhadores às novas formas de exclusão e exploração no mundo do trabalho, se expandindo a partir de instituições e entidades que apoiavam iniciativas associativas comunitárias, por meio da articulação de cooperativas populares, redes de produção e comercialização, feiras de cooperativismo e economia solidária etc.

O conceito de economia solidária surge em meados dos anos 1990 no Brasil, como delimitador de um conjunto de práticas sociais baseadas na organização de trabalhadores em empreendimentos coletivos (cooperativas, associações e grupos informais) para a geração de renda e o fortalecimento de processos locais de desenvolvimento. Embora não trate necessariamente de fenômenos recentes na sociedade brasileira, o termo permitiu a construção de uma identidade nacional para grupos envolvidos em distintas realidades econômicas e territoriais, que engloba desde trabalhadores da indústria afetados pela reestruturação produtiva neoliberal até agricultores familiares em busca de melhores condições de vida no meio rural ( Kuyven, Gaiger e Silva, 2020, p. 85).

Nos anos 90, no movimento da economia solidária, inicia-se o debate teórico sobre o lugar que ocupa, as práticas, a dimensão, os limites e as possibilidades, a institucionalização começa a fazer parte dos espaços de troca, a questão mais simples é que a institucionalização é necessária para legitimar a prática e reconhecê-la, por outro lado, poderia gerar uma perda da autonomia dos movimentos e instituições frente ao mercado. Então surge o debate de qual seria o caminho da institucionalização-autonomia desse movimento (Santos, 2015).

Em 1992 surgem as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP), no âmbito das universidades, uma previsão do programa “Ação da Cidadania



contra a fome, a miséria e pela vida” sistematiza Cherfem (2014, p23) “que pertencem as Universidades e surgiram para se dedicar a organização da população de baixa renda em cooperativas de produção ou de trabalho, com apoio administrativo, jurídico, de formação política, pedagógica etc.

O período compreendido entre 1996 a 2001 se caracteriza pela expansão da articulação das instituições universitárias com os movimentos sociais e do terceiro setor, assim como a expansão das atividades das igrejas na ajuda aos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). Portanto, esse período é marcado pelas articulações, tanto no campo político como na troca de experiências entre os agentes sociais, promotores das práticas de economia solidária e, para a construção de instrumentos burocráticos, necessários à sua institucionalização.

Frente a este cenário, em 2000 foi constituída a UNISOL Brasil - Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários, com objetivo de defender interesses da classe trabalhadora, sobretudo, melhorando as condições de vida e trabalho. No mesmo ano a Central Única dos Trabalhadores (CUT), lançou a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), visando organizar e fomentar o desenvolvimento local em diferentes regiões do país.

No ano seguinte, em 2001, ocorreu o I Fórum Social Mundial (FSM), tendo como abordagem central a Economia Popular Solidária. As discussões travadas tiveram como centralidade a criação de políticas públicas, visando apoiar as diferentes demandas sociais e alavancar a Economia Solidária, tendo como referência intelectual o economista Paul Singer, grande mentor da chamada “outra economia”. Um importante resultado do Fórum foi a legitimação do Grupo de Trabalho de Economia Solidária (GT Nacional), que passou a ser o centro de mobilização para uma sequência de iniciativas políticas.

Já no II Fórum Social Mundial (FSM), ocorrido em 2002, foi proposto pelo GT Nacional a estruturação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). Esse espaço de debates e mobilizações deu origem às Plenárias Nacionais de Economia Solidária (PNES), resultando na elaboração de um documento de “Princípios da Economia Solidária”, visando orientar os movimentos e experiências, além de apoiar a ampliação dessas alternativas.

Outro resultado das Plenárias foi a proposta de criação de órgãos específicos e governamentais para fomentar e reconhecer a Economia Solidária como prática social e fator de geração de renda e trabalho. Seguindo essa linha do tempo, em 2003, no III FSM, abre-se espaço à garantia de políticas públicas de economia solidária no âmbito institucional, sendo formada a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) dentro da estrutura do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

## **2.2 Abordagens sobre economia solidária**

As raízes da economia solidária, segundo Singer (2002), podem ser encontradas em autores como Owen, Fourier e Saint-Simon, onde “o cooperativismo recebeu deles inspiração fundamental, a partir do qual os praticantes da economia solidária foram abrindo seus próprios caminhos [...] para implantar seus próprios projetos” (Singer, 2002 apud Vieira, 2005, p. 6).

Coraggio (2012) aborda a economia solidária como uma opção alternativa, por meio da qual se tenta superar a opção “entre o mercado capitalista (que ele associa à Economia “simples”) e uma central de planejamento e reguladora dá a economia (que ele associa às variantes do socialismo e da economia política).

Na argumentação levantada, o autor fundamenta a necessidade de tomar iniciativas que visem substituir as bases do mercado capitalista, caracterizado pelo poder dos grupos monopolistas, bem como as diretrizes do Estado centralizado, em decorrência da ausência de representante e sistema democrático substantivo, o modelo centralizado pode obedecer aos interesses de determinados grupos econômicos, gerando um sistema econômico injusto e ineficiente para atender às demandas sociais.

Dessa forma, o conceito de economia solidária pode ser associado tanto a um projeto político quanto a um desafio analítico conceitual e mais ainda, se apresenta como uma aposta de redefinição epistêmica no que diz respeito aos pressupostos da análise econômica. Ambas as dimensões não são dissociáveis, uma vez que um projeto político precisa criar uma linguagem teórica e epistêmica que o sustente, mas metodologicamente podem ser pensadas como abordagens distintas.

A concepção de economia popular e solidária propõe que uma nova forma de organização econômica da sociedade se dê por meio de unidades produtivas, cuja prática cotidiana é o compartilhamento do trabalho produtivo, em termos autogestionários e solidários, entendidos no aprender fazendo, buscando superar a pobreza e, buscando a construção de uma sociedade mais justa e fraterna” (Razeto, 1993; 1999).

Outra variante na economia solidária é o conceito econômico de trabalho, o qual é definido como um conjunto integrado de atividades econômicas de produção e reprodução, dirigidas pelos trabalhadores, tendo o trabalho como recurso central (Coraggio, 2000).

Este mesmo autor define a economia solidária como economia social, por apresentar aspectos sob diversas variantes e possibilidade de desenvolver uma visão socioeconômica, com agentes econômicos ligados às suas identidades sociais e à sua cultura particular.

Ao conceber a economia como indissociável da cultura, a Economia Social entende que a sociedade não é um espaço de ação constituído por indivíduos utilitaristas que buscam vantagens materiais, mas por indivíduos, famílias, comunidades e coletivos, de diversos tipos, que se movimentam dentro das instituições optaram pela prática, ou pactuados como arranjos voluntários, que agem fazendo transações entre a utilidade material e os valores de solidariedade e cooperação, limitando (não necessariamente anulando) a competição (Coraggio, 2000, p. 66).

A Economia Social portanto, se caracteriza por produzir sociedade, e não apenas lucros econômicos; porque gera valores de uso para satisfazer as necessidades dos próprios produtores ou de suas comunidades - geralmente de base territorial, étnica, social ou cultural e não se orienta pelo lucro e pela acumulação ilimitada de capital; porque volta a unir produção e reprodução, ao produzir para satisfazer, de forma mais direta e melhor, as necessidades pactuadas como legítimas por uma mesma sociedade.

Porém, para ser socialmente eficiente, a economia social não é suficiente para sustentar relações de produção e reprodução de qualidade. Seu fundamento é, sem dúvida, o trabalho e o conhecimento incorporados aos trabalhadores e seus sistemas organizacionais, mas a base material da economia exige ter os meios de produção, o crédito, ter seus próprios mercados, ou competir nos mercados que constroem (Coraggio, 2000).

Diferentemente dos modelos econômicos tradicionais, a Economia Solidária expressa um modo de organização, produção, comercialização, finanças e consumo que privilegia o trabalho associado a autogestão, a cooperação e a sustentabilidade. Quando do exercício democrático das relações sociais de produção, o modelo econômico solidário contribui para a emancipação do trabalho, privilegiando o ser humano como sujeito ativo e participante da atividade econômica.

A Economia Solidária já ocupa diversos setores (públicos e privados), com uma nova proposta de consumo, escoamento, produção, trabalho e relação de compra e venda. Há algumas conquistas na institucionalização dessa prática para que seja reconhecida como distinta da economia hegemônica, a partir de órgãos públicos, privados, do terceiro setor e movimentos populares. Portanto, os desdobramentos contributivos ao desenvolvimento de coletivos e Empreendimentos solidários se articula e sugere novas práticas econômicas descentralizadas e dinâmicas (Guerra, 2014).

Portanto, o fundamento social da economia solidária encontra-se na articulação da produção e da reprodução, como instrumentos fundamentais para a satisfação “das necessidades pactuadas como legítimas pela mesma sociedade” (Coraggio, 2012, p. 46).

Entre os tipos de organizações que se enquadram na economia solidária encontram-se as cooperativas, que têm um amplo campo de atuação desde a sua criação podendo responder à necessidade de produzir bens e serviços voltados para o mercado em geral, mercados solidários ou autoconsumo, bem como também podem prestar serviços específicos aos seus associados, como compra de suprimentos ou pesquisa e assistência técnica, entre outros (Singer, 1998).

Da mesma forma, Coraggio (2012) estabelece a configuração da economia solidária no quadro de uma lógica composta por três subsistemas articulados em um sistema econômico de geração e apropriação de recursos, que, dependendo de suas características e estrutura, apresentam algumas tensões e contradições.

Friedman (2023) afirma a economia solidária é o novo modelo de economia e sociedade que muda drasticamente a concepção de democracia, colocando a lucratividade como sua essência, qualquer governo que siga políticas anti-mercado é antidemocrático, independente de apoio político e popular, já que a essência dos governos é a defesa da propriedade privada.

### **2.3 O início da Economia solidária no Brasil.**

Podemos considerar que ao longo dos anos, ocorreram diferentes debates e eventos em torno do levantamento de questões sobre a viabilidade dos empreendimentos econômicos solidários, sua dinâmica de trabalho, abrangência e caminhos que se tomariam, além das diferentes pensamentos e críticas quanto à alternativa econômica. Logo, inúmeras entidades, movimentos da sociedade, entre outros, se tornaram apoiadores e disseminadores da Economia Solidária.

No Brasil, a economia solidária ressurgiu na década de 1980 como uma resposta dos(as) trabalhadores(as) à crise social provocada pela estagnação econômica e pela reorganização do processo de acumulação capitalista. No entanto, ganha visibilidade na década seguinte quando se insere no debate sobre as potencialidades transformadoras inerentes à luta popular e da classe trabalhadora. A resposta dos(as) trabalhadores(as) e comunidades empobrecidas passa a ter caráter emancipatório (SCHIOMET, 2009)

A partir da exploração trabalhista, desemprego e outros fatores tiveram-se a necessidade de se praticar uma economia diferente, na qual, poderia dessa vez favorecer os trabalhadores abrindo espaço para os empreendimentos solidários. Desse modo, pode-se dizer que essa economia solidária é uma criação em processo contínuo de trabalhadores em luta contra a exclusão social decorrente do capitalismo (SOUSA, et al, 2009).

Como resposta alternativa ao confronto entre a economia estatizada e o mercado privatizado, nasce a economia solidária. Pode-se dizer que essa economia surge como reação à exclusão econômica e social do sistema capitalista e de uma atitude crítica frente ao capitalismo. Orientam-se por valores não mercantis, como a solidariedade, a autonomia, a igualdade e a democracia. Fundada na cooperação entre unidades de trabalho entre si e destas com os consumidores, visando à promoção humana. Essa nova economia surge com a intenção de renovar a forma de organização de produção, a distribuição, a organização do trabalho, o consumo dos bens socialmente produzidos, a gestão das empresas dentre outros, rompendo com a lógica da competição monopolizadora excludente (SOUSA, et al, 2009)

Essa “questão social” caracteriza a conjuntura nacional na década de 1990. Após a derrota do projeto democrático popular em 1989, com perspectivas de reformas estruturais profundas, assistimos ao descenso da luta de massas, à desmobilização e à fragmentação do movimento sindical e dos movimentos sociais.

Segundo Diniz (et al, 2012) a economia solidária passou a ter avanços no Brasil com o desenvolvimento e criação do grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária em 2001, dos fóruns sociais realizados no Brasil que deram início ao movimento da organização da economia solidária, a criação em junho de 2003 no governo Lula da SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária).

Em decorrência das mudanças de cenários, em 2001, ocorre o I Fórum Social Mundial (FSM) o qual abordou e trouxe como tema para debate a Economia Popular Solidária. Diante disso, começaram as discussões sobre o desenvolvimento e criação de políticas públicas para dar apoio e alicerce as diferentes demandas sociais existentes e alavancar a Economia Solidária. Foi através do I Fórum que foi legitimado um Grupo de Trabalho de Economia Solidária (GT Nacional) que, passou a ser o centro de mobilização para uma sequência de iniciativas e promoções de políticas pensadas para configurar o movimento.

As articulações ganharam impulso no final da década de noventa e se consolidaram com a criação do Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária no ano 2001, nos Fóruns Sociais Mundiais realizados no Brasil. Em 2002 foi realizada a Primeira Plenária Brasileira de Economia Solidária, com a elaboração de uma Plataforma Nacional de Economia Solidária. No ano seguinte foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), fruto do esforço político conjunto de uma série de organizações que atuam na economia solidária. No mesmo período, em junho de 2003, realizou-se a Terceira Plenária Nacional de Economia Solidária, criando o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (SILVA, 2011)

A realização de processos mais sistemáticos de oficinas e atividades formativas de gestores ampliadas com o apoio da Secretaria Nacional de Economia Solidárias, permitiram a sistematização de documentos e declarações sobre os princípios, as diretrizes, as características, os instrumentos e a institucionalidade das políticas

públicas de economia solidária. Tal acúmulo de práticas e reflexões foi fundamental para a elaboração do texto-base da Primeira Conferência Nacional de Economia Solidária em 2006 (I Conaes). Com as deliberações da conferência, as políticas públicas de economia solidária passaram, de forma definitiva, a compor a centralidade da estratégia política do movimento de economia solidária no país (SCHIOCHET, 2009).

Segundo Bertucci (2010), foi realizado em junho de 2006, a I Conaes que teve como tema a *economia solidária como estratégia e política de desenvolvimento*. Segundo o autor foi um momento de debates intensos e importantes, e afirmações da sociedade para com o Estado, que buscaram fortalecer a compreensão da política de economia solidária e estabeleceram diretrizes objetivas.

Ainda para a autora (2010), o I Conaes, teve como documento final uma divisão de três eixos sendo o primeiro ligado aos “*fundamentos da economia solidária e seu papel para a construção de um desenvolvimento sustentável, democrático e socialmente justo*”, onde a economia solidária é colocada como uma alternativa ao mercado e ao modelo econômico e social capitalista. O segundo eixo por sua vez, é feito um *balanço do acúmulo da economia solidária e das políticas públicas implementadas*. É apresentado de forma positiva, o crescimento recente dos diferentes sujeitos neste campo de atuação, sendo destacado as iniciativas produtivas da economia solidária como alternativa de sobrevivência para milhares de trabalhadores. Indica-se ainda dentro do I Conaes, a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), do conselho nacional de economia solidária, e da própria conferência como importantes avanços, embora precisem ser fortalecidos e estruturados. Já o último eixo é apresentado as prioridades e estratégias *de atuação para as políticas e programas de economia solidária e para os mecanismos de participação e controle social*. Neste último eixo, vemos uma grande preocupação em estabelecer a economia solidária enquanto política pública de Estado para que se garanta sua perenidade, continuidade e suporte em todos os âmbitos.

A partir do II Fórum Social Mundial, foi realizada uma Conferência de Economia Solidária. Onde foi proposto pelo GT Nacional a estruturação do chamado, Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). Esse processo constituinte, de debates,

movimentos e mobilizações deu origem às Plenárias Nacionais de Economia Solidária (PNES), deste modo, tanto a realização de plenárias quanto a elaboração de um documento de “Princípios da Economia Solidária” foram elementos de discussão e debates profundos, esse último tendo como objetivo orientar os movimentos e experiências, além de apoiar a ampliação dessas alternativas, ali pensadas para dar maior visibilidade aos movimentos que ali constituíam o momento e a economia solidária.

Ainda segundo Bertucci (2010), a II Conaes aconteceu entre 16 e 18 de junho de 2010 e teve como tema o *direito de produzir e viver em cooperação de maneira sustentável*. Após ter passado quatro anos da I Conaes, e sete anos de desenvolvimento e programas de políticas de economia solidária em nível federal, passando pela criação da Senaes, é possível afirmar que o campo da economia solidária se define hoje de forma mais nítida.

Ainda como no I Conaes, o II Conaes elaborou e se pautou em cima de três eixos de trabalho. Ainda para a autora (2010) buscaram dar maior visão aos eixos estavam sendo discutidos, para assim apresentar novas diretrizes de trabalho e estrutura. Os eixos trabalhados e discutidos tiveram os seguintes direcionamentos, sendo o primeiro eixo apresentando uma visão contextualizada da economia solidária, explicitando-se quais seriam suas diferenças em relação ao modo de produção capitalista, no segundo eixo são apresentados os desafios e as proposições em relação as formas organizativas econômicas solidárias e dos direitos sociais do trabalho associado e de acesso às possibilidades de políticas públicas estabelecidas, para o fortalecimento da economia solidária. Já o terceiro eixo são apresentados os desafios e proposições para a organização de um sistema nacional de economia solidária, corroborando com seus objetivos e componentes, pensados para fomentar e organizar cada vez mais a economia solidária.

A partir dessa compreensão, entendemos que as duas Conferências Nacionais de Economia Solidária (CONAES), realizadas em 2006 e 2010 respectivamente, trouxeram uma nova definição a economia solidária como “estratégia de desenvolvimento”.



Dessas plenárias surge a proposta de criação de órgãos específicos e governamentais para organizar, fomentar e reconhecer a Economia Solidária como prática social e fator de geração de renda e trabalho, além de ser instituído o FBES. Para tanto, a partir do III FSM em 2003, abre-se um espaço para a Economia Solidária dentro do governo com o objetivo de garantir um ambiente que fosse mais favorável aos empreendimentos, em termos de políticas públicas. Em seguida, foi discutido sobre a inserção de políticas públicas para a Economia Solidária na plataforma de governo e como resultado foi formada a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) dentro da estrutura do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) (INCOP, 2020)

Ainda em 2019, após publicação de medida provisória o Governo buscou reorganizar todos os ministérios para estabelecer novas diretrizes de trabalho, incluindo nessa reorganização e a pasta que trabalhava a Economia Solidária que foi transferida para o chamado Ministério da Cidadania. Logo após, por decreto o nº 9674 de 2 de janeiro de 2019 que detalhava a nova estrutura de cargos do Ministério da Cidadania, a acabou por não ser considerada dentro da nova estrutura e a Senaes foi extinta, contudo o governo optou nesse ponto por manter o Conselho Nacional de Economia Solidária. Entretanto, mesmo com a exclusão da Senaes ela acabou por deixar seu legado de grandes mudanças e transformações no cenário da Economia Solidária e instaurou em diversos movimentos e empreendimentos sociais a necessidade de continuar disseminando e continuando a movimentar a Economia Solidária.

### **3 ECONOMIA SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

No Brasil, o processo de implementação de políticas com enfoque territorial ou regional teve início na década de 1990, paralelamente ao processo de descentralização das funções e atribuições do Estado para os níveis inferiores de governo. Isso significou uma mudança no papel e na relação dos governos locais com a comunidade. Ocorre no contexto geral das reformas do Estado, juntamente com a privatização e o direcionamento das políticas sociais.

Esse processo foi fortemente promovido por organismos internacionais de crédito que, na década de 1990, tendiam a estimular o fortalecimento dos governos

departamentais. Sua incorporação à agenda esteve vinculada à necessidade de reformar o Estado, melhorar sua eficiência, promover a participação cidadã e ampliar os fundamentos da democracia. Neste quadro, o territorial passa a ser considerado como um espaço positivo, fundamentalmente associado à possibilidade de permitir e promover a participação social, onde o próximo é considerado um cidadão portador de direitos.

Na Amazônia brasileira, esse modo de desenvolvimento econômico está presente principalmente nas dinâmicas quilombolas, ribeirinhas e indígenas, com uma maior visibilidade formada a partir do século XX, vistas em forma de organizações socioprodutivas, associações e cooperativas, a partir da agricultura familiar, de grupos alternativos de geração de renda, entre outros (França, 2019).

No Pará, a economia solidária ganhou força em 2000 com o Banco do Povo e outros, com o apoio de instituições e entidades as iniciativas associativas comunitárias e com a constituição de cooperativas populares, feiras de cooperativismo e redes de produção e comercialização.

Em 2003, a partir da criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) os fóruns locais e regionais começaram a expandir o debate sobre o assunto. A atividade ganhou também o apoio de governos municipais e estaduais, o que levou a um aumento no número de programas de economia solidária, como bancos do povo, centros populares de comercialização e projetos de capacitação. Hoje a economia solidária é traduzida por um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é necessário para se viver, sem que haja vantagem para um lado ou outro da negociação, pois, difere da economia de negócios capitalista por sua lógica, que busca a "reprodução ampliada da vida" e não a acumulação de riqueza. Constitui uma alternativa à economia capitalista (Singer, 2002).

Além disso, segundo o autor acima citado, as atividades da economia solidária se opõem à exploração do trabalho e dos recursos naturais e promovem o desenvolvimento sustentável, ou seja, todos cooperam para o fortalecimento do grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem, construção de outra sociedade. Uma nova ordem social, antagônica ao da sociedade burguesa, com as suas classes e antagonismo de classes, em que o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos.

Em um contexto onde era importante ter novas estruturas conceitual, vários organismos multilaterais, entidades de cooperação, entidades governamentais e entidades acadêmicas passaram a considerar a necessidade de definir os novos requisitos no momento para se referir ao desenvolvimento; entre os quais diversos temas são reconhecidos tais como: desenvolvimento social, acesso à educação, acesso à saúde, equidade gênero, igualdade na distribuição de recursos, direitos humanos, sustentabilidade ambiental, conservação de recursos consumo natural e responsável, institucionalidade e democracia, qualidade das instituições, transparência e combate à corrupção, participação e coesão social.

Andrade (2015), alerta que é preciso voltar às origens da discussão em torno do progresso e do núcleo do próprio desenvolvimento. Nesse sentido, o próprio autor levanta três elementos a considerar:

- 1) Revisar os fins e os meios de desenvolvimento, ou seja, o crescimento com base na sua contribuição para o bem-estar, como um aumento de capacidades;
- 2) Compreender o bem-estar humano para além de um desenvolvimento “nacional” estimado em termos agregados;
- 3) Identificar que os indicadores convencionalmente utilizados para avaliar bem-estar, avanços e retrocessos, são limitados, e o fator renda é apenas mais um elemento da equação.

Nessa perspectiva, o objetivo do desenvolvimento pode ser considerado como a possibilidade de se criar um ambiente propício para que o ser humano tenha qualidade de vida, mas não mínimo, mas prolongado, saudável e criativo, além da preocupação imediata com o acúmulo de bens de consumo e riqueza.

Nesse sentido, é imprescindível reduzir a esfera de influência e predominância do mercado, reavaliando as diferentes formas de relacionamento social, não só como formas de enfrentar a satisfação das necessidades humanas, mas também pensando em um melhor e mais adequada forma de gerar vínculos entre as diferentes dimensões do humano: a dimensão pessoal, social e sua rede de interação ambiental (Furtado, 2009a).

Certamente, é necessário olhar para as várias formas de compreender a dinâmica social, mas também é necessário recorrer aos conceitos clássicos de economia, como produção, consumo, distribuição, circulação ou trabalho. O uso adequado de recursos é um fator a ser levado em consideração, para reduzir o

impacto ambiental no meio ambiente, reduzir as escalas de produção, custos de transação e, desta forma, fortalecer as redes, melhorar a relação com o meio ambiente e o território, potencializando as capacidades e condições de cada localidade, buscando sair de uma sociedade de mercado para uma sociedade solidária e sustentável.

### **3.1 A economia solidária como estratégia política para o desenvolvimento regional.**

Historicamente o modelo de desenvolvimento na Região Amazônica esteve centrado na macroeconomia, na natureza capitalista, também diferenciada, do padrão neoliberal de acumulação imposta à maioria das nações do mundo por organismos multinacionais, exemplo dos EUA e Europa, as crises econômicas já apontam para a insustentabilidade do atual modelo e, para a necessidade de outro padrão de desenvolvimento, centrado em pilares socioambientais e de um novo conceito de economia, que passou a ser chamada de popular ou solidária.

Em termos políticos, busca-se construir uma economia com fundamentos éticos de solidariedade centrada na valorização do processo de trabalho e cooperação com uma orientação fortemente crítica e decididamente transformadora em relação às grandes estruturas e formas de organização e ações que caracterizam a economia contemporânea. Em termos analíticos, buscou-se um espaço teórico a partir do qual compreender e imaginar formas alternativas de ação econômica, o que também implica um respeito às definições antropológicas de comportamento econômico (Razeto, 2007).

Em particular, o autor citado acima, redefine a análise econômica de um exercício formal dedutivo de modelagem com base em suposições predefinidas, como escassez, ação racional e maximização da utilidade para um exercício de análise empírica substantiva de práticas históricas de mobilização e organização de recursos para atender às necessidades humanas. Essas práticas não correspondem a uma esfera autônoma e autorreguladora, mas estão enraizadas na vida social e institucional de uma comunidade. Dessa forma, a economia é inseparável da ética, da cultura e da política.

A partir da categoria de enraizamento, houve uma reformulação dos pressupostos clássicos da economia. As categorias de desejo e necessidade

deixaram de ser vistas como ilimitadas, universais e inatas ao ser humano, passando a ser vistas como processos construídos socialmente (Razeto, 2007, p. 258).

Ou seja, a partir de instituições sociais e construções culturais que promovem o consumo ilimitado, a afirmação da historicidade e da contingência das necessidades resulta na relativização do pressuposto da escassez. Assim, a redefinição desses pressupostos econômicos permite a possibilidade de pensar e construir outras economias, onde os valores e normas sociais instituem outras relações econômicas que priorizam a produção e reprodução intergeracional da vida.

Em uma perspectiva mais contemporânea e pós-estruturalista, o trabalho de Gibson e Graham (2008) revela a heterogeneidade e a proliferação de práticas econômicas empíricas que foram tornadas invisíveis pelo discurso econômico científico formal da ciência econômica e pela linguagem econômica convencional e imaginário. Ambos hegemonizados pelo que os autores chamam de discurso centrado no capital, é um discurso que tende a identificar sociedade com economia e economia com capitalismo.

Seu trabalho visa mostrar que o emprego assalariado, a sociedade de capitais e o mercado capitalista correspondem a uma esfera possível do universo econômico, e que por trás deles reside uma diversidade de relações econômicas - não capitalistas e mesmo não monetárias que não podem ser compreendidas da linguagem econômica convencional e que, de fato, povoam boa parte do universo econômico, sendo chave para a reprodução da vida e a manutenção do bem-estar, a recuperação de uma análise econômica substantiva é uma condição de possibilidade para abrir a imaginação econômica. Um projeto político de construção de outras relações econômicas só é possível a partir da geração de uma linguagem capaz de dar conta de outras relações econômicas possíveis.

Em termos de movimento político e econômico, a economia solidária abriga grupos que promovem uma diversidade de relações econômicas, incluindo trocas, doações, reciprocidade, comensalidade e cooperação que se manifestam em múltiplas formas, desde compras em dinheiro, trocas, clubes, oficinas de trabalho cooperativas e empreendimentos conjuntos.

Para além da forma econômica que se adota, a importância reside nos princípios éticos de solidariedade que subscrevem, visam em seus aspectos mais

políticos, a "emancipação das forças produtivas", isto é, a reunificação do trabalho e dos meios de produção, trabalho intelectual e manual, bens econômicos e necessidades humanas, gestão democrática e práticas inovadoras de organização do trabalho. O debate se estende à problematização da divisão internacional do trabalho pelo direito dos povos ao seu próprio desenvolvimento econômico, cultural, social e humano, bem como pelo questionamento dos atuais termos de troca e comércio justo.

Dessa forma, a questão territorial e a economia solidária têm ganhado cada vez mais centralidade tanto no campo acadêmico quanto na formulação de políticas públicas, representando um dos eixos centrais para a concepção e implementação de programas e projetos sociais.

### **3.2 Economia solidária e a problemática socioambiental**

No debate sobre a problemática socioambiental na Amazônia as reflexões feitas, geralmente partem de uma contextualização histórica da região, onde as discussões são articuladas com as transformações do sistema capitalista em escala global. Desta forma, não se pode pensar em desenvolvimento apenas pelo enfoque da preservação e conservação dos recursos naturais, sem considerar as questões socioambientais que se fazem cada vez mais presentes na região.

O debate sobre sustentabilidade passa por interpretações diferenciadas quanto ao conceito, sendo que uma ampla bibliografia critica o uso conceitual do termo ao enfatizar apenas a dimensão ambiental. Nessa direção, Acselrad (2003) analisa que a discussão tem sido pautada predominantemente pelo recurso a categorizações socialmente vazias, com noções equivocadas, descoladas da dinâmica da sociedade, que não contemplam a diversidade social e as contradições existentes na dinâmica da sociedade.

Sachs (2002) em seus estudos enfatiza que o desenvolvimento sustentável deveria estar baseado em três princípios básicos: a prudência ecológica, entendida como condição para a qualidade de vida; a eficiência econômica, com capacidade de produzir mais e melhor com economia de recursos, capital e trabalho; e a justiça social, oportunidades semelhantes para todos (as).

Em suas análises, Brito (2001) ressalta que os anos 1980 e 1990 foram marcados pela redefinição das funções do Estado, onde, o discurso do

desenvolvimento sustentável entrou no cotidiano das instituições responsáveis pelas formulações das políticas públicas, em especial, na Amazônia.

Cabe destacar que nesse mesmo período (década de 1990), o desemprego passou a assumir proporções expressivas na agenda social brasileira, quando as orientações governamentais de política econômica centradas na busca da estabilidade financeira e no ajuste estrutural do Estado, resultaram na abertura comercial indiscriminada, na manutenção artificial até meados de 1999, de taxas de câmbio sobrevalorizadas, e na desregulamentação crescente do mercado de trabalho (Singer, 2002).

Andrade (2015), alerta para a importância da dimensão política na manutenção e sustentabilidade do desenvolvimento. Segundo o autor, para que esse novo desenvolvimento aconteça se faz necessário democratizar o Estado, o que requer, entre outras coisas, a democratização das informações e a capacitação para a tomada de decisões.

Acsehrad e Leroy (1999), ao tratarem sobre as novas premissas de sustentabilidade democrática, destacam que a sustentabilidade tende a ser entendida como processo social, onde os princípios éticos e sociopolíticos que administram as condições materiais de reprodução dos recursos naturais possam a ser redefinidos e orientados pela sociedade.

É nessa perspectiva de sustentabilidade que a Economia Solidária se apresenta como uma alternativa inovadora de geração de trabalho e renda e de inclusão social, baseada na forma de produção e consumo consciente, tendo como princípio o comércio justo, se apresentando como uma nova forma de olhar para o empreendedorismo enquanto práticas sociais e ambientais sustentáveis (Coelho, 2006).

A economia solidária pode ainda ser entendida como uma forma de produção e consumo, que preza pela socialização da riqueza e gestão da atividade econômica. Apresenta-se como prática inovadora de inclusão social de grupos produtivos, por meio da geração de trabalho. Fundamenta-se na autogestão – que envolve a administração e gerenciamento dos mecanismos de produção de forma democrática, com igualdade de direitos e de responsabilidades (Dowbor, 2006).

Segundo alguns estudiosos da economia solidária, os valores que são contraponto à economia capitalista, como cooperação e solidariedade, resultando de

uma construção coletiva que a tornam singular, tendo como principal mecanismo de funcionamento a autogestão (Benini e Neto, 2008).

Para Cattani (2003) a economia solidária não basta ser alternativa para os pobres e excluídos. Ela precisa proporcionar avanços em todos os domínios, envolver de maneira responsável, amplos segmentos da sociedade. Ou seja, precisa promover a inclusão social.

### **3.3. A caracterização da economia regional amazônica**

A economia regional amazônica é caracterizada por uma diversidade de atividades econômicas que refletem as características únicas da região. A Amazônia é uma vasta área geográfica que abrange vários países, incluindo Brasil, Peru, Colômbia, Venezuela, Equador, Bolívia, Guiana, Suriname e Guiana Francesa. Cada país contribui para a dinâmica econômica da região de maneiras específicas, mas aqui focarei principalmente na perspectiva brasileira.

A economia regional amazônica é complexa e multifacetada, refletindo os desafios e oportunidades únicos associados à gestão sustentável dos recursos naturais e à preservação da diversidade cultural e ambiental da região. Desde o início de seu processo de formação até o presente, os Estados brasileiros da região amazônica encontram dificuldades na construção coletiva de alternativas para atender seu potencial produtivo, assim como a melhora na qualidade de vida dos seus habitantes.

As mudanças ocorridas na região não são apenas semânticas, além de sua ambiguidade, o território de referência envolve novas noções e categorias analíticas desenvolvidas no amplo campo da economia, no quadro de uma perspectiva, a recuperação dessas visões, influenciando fortemente os debates sobre desenvolvimento urbano e regional nas últimas décadas (Castro, 2017).

Duas ações estratégicas, que não são novas, são consideradas centrais para mudar gradativamente o padrão de desenvolvimento destas regiões, em foco na cidade de Belém do Pará, intensificação do uso da economia local e produtividade e a valorização territorial turística (Castro, 2017). Esses dois requisitos centrais são acoplados por várias outras possibilidades bem conhecidas e complementares, como



o manejo da economia local, estabelecimento e gestão de áreas protegidas, redefinição de indicadores de sucesso, ecoturismo etc. Educação, informação e participação são essenciais para permitir que a democracia cumpra seu papel no desenvolvimento sustentável.

### 3.3.1 O pensamento cepalino e o desenvolvimento econômico da periferia Amazônica

Para Furtado (2009a), o pensamento cepalino é caracterizado pela continuidade e mudança, baseia-se no método que denominamos histórico-estrutural, que privilegia o exame das especificidades produtivas, sociais e institucionais e da inserção internacional dos países do hemisfério como economias da periferia.

Essas características são examinadas em contraste com aquelas que marcam as economias do centro e na perspectiva de sua transformação produtiva no médio e longo prazo. O método histórico estrutural está atento, por um lado, às trajetórias dos fluxos de bens, serviços e financeiros, à utilização dos diversos instrumentos de políticas econômicas, sociais e ambientais, e aos principais agentes ou atores da criação e distribuição de renda.

Por outro lado, de acordo com as formulações originais de Furtado (2009b), as estruturas socioeconômicas da região tinham três características fundamentais: a) especialização em bens do setor primário, com baixa complementaridade intersetorial e integração vertical limitada; b) níveis de produtividade muito elevados e diferenças entre setores; c) um quadro institucional, em termos de Estado, estrutura fundiária e composição empresarial, pouco propenso a progredir no investimento técnico e produtivo (Andrade, 2015).

Segundo Coraggio (2000), a industrialização, que no pós-guerra avançou espontaneamente sem o apoio de políticas explícitas, apareceu como uma forma de encurtar a distância entre a periferia e o centro, mas no contexto latino-americano. A escassa diversidade produtiva implicou na necessidade de investimentos massivos e simultâneos em diversos setores, processo extremamente intensivo no uso de divisas e poupança. Além disso, como a produtividade era alta apenas em pequenos setores da economia, a heterogeneidade estrutural gerava pequenos superávits como proporção da renda. E o atraso institucional e as forças do poder político implicavam

em uma baixa capacidade fiscal que dava pouco espaço para estimular e complementar o investimento e o progresso técnico, muito menos promover a equidade.

Para Andrade (2015), nestes episódios, era cada vez mais evidente na região que as políticas macroeconômicas convencionais de liberalização drástica, desregulamentação e um forte enfraquecimento da intervenção do Estado na economia não conseguiram impulsionar a atividade produtiva de forma elevada e sustentada, essas crises, o crescimento lento e instável da atividade econômica e os resultados decepcionantes das políticas de estabilização na região e abriram mais espaço para visões alternativas de desenvolvimento.

Para Coraggio (2000), a busca de um consenso político efetivo, que reconheça e vá além das diferenças e divergências ideológicas em torno de concepções alternativas de pensamento econômico, requer um diálogo, acordo e negociação persistente entre os principais atores políticos e econômicos. Isso leva tempo e exige perseverança, com uma justa mistura de flexibilidade e firmeza, em um esforço político concertado de longo prazo para construir uma visão comum e compartilhada do país. Este esforço é dificultado na medida em que não existe um quadro institucional que garanta a eficiência e eficácia da gestão pública e reduza o risco de captura por diferentes entidades e políticas econômicas.

O investimento público desempenha um papel fundamental na orientação e intensidade da mudança estrutural, e com isso, o potencial de expansão econômica de longo prazo. Seus efeitos colaterais e sua competição geram investimentos adicionais do setor privado que podem complementá-lo e impulsionar o dinamismo tecnológico e a demanda futura.

Nesse sentido, a economia solidária busca projetar-se como paradigma e modelo de desenvolvimento que tem por fundamento um novo modo de produção, comercialização, finanças e consumo, que privilegia a autogestão, a cooperação, o desenvolvimento comunitário e humano, a justiça social, a igualdade de gênero, raça, etnia, acesso igualitário a informação, ao conhecimento e à segurança alimentar, preservação dos recursos naturais pelo manejo sustentável e responsabilidade com as gerações, presente e futura, construindo uma nova forma de inclusão social com a participação de todos (Bocayuva, 2003).

## 4 ECONOMIA SOLIDÁRIA E SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO

Em primeiro lugar, apresenta-se uma ampla lista de potenciais “componentes” da ES, tomando como base as experiências geralmente incluídas na proposta ou que tenham sido denominadas de economia social ou solidária. Em qualquer nível de profundidade em que é analisado, não é o tipo de atividade que define que uma experiência pode ser enquadrada na ES, mas as formas organizacionais e de sociabilidade que são colocadas em prática na operação real (e não apenas na o discurso dele).

Existem práticas de permuta em que se atua de acordo com as formas propostas pela ES e outras em que não o são, o mesmo ocorre com as práticas sindicais ou com o trabalho em cooperativas, e assim por diante em cada caso.

Algumas experiências com potencial para fazer parte da proposta ES no Brasil são:

- Empresas comunitárias.
- Empresas recuperadas por trabalhadores.
- Microempresas familiares.
- Mutuais e cooperativas.
- Troca de espaços com “moeda social”.
- Feiras populares.
- Comércio justo ou redes solidárias.
- Espaços de compra conjunta.
- Microcrédito e banco social.
- Instituições de formação e apoio a todos os itens acima (incubadoras de empresas).
- Movimentos de piquete e suas atividades produtivas.
- Espaços culturais territoriais.
- Sindicatos de trabalhadores (empregados ou desempregados).

A especificidade dos trabalhadores e trabalhadoras que se inserem na economia solidária não é composta somente da sociedade que vive em situação de miséria e pobreza extrema, mas, pessoas de todos os grupos sociais que queiram desenvolver iniciativas empresariais de novo tipo, eficientes e coerentes com o sentido social e ético que pretendem estabelecer nas suas atividades (Singer, Silva, Schiochet, 2014).

Esses são os principais percussores da denominada economia solidária, também conhecida como economia popular e economia social, sucintamente, porém mais analiticamente com sentidos e significados sempre em debate e em formação, sua relação com o cooperativismo é bem próxima, pois, o cooperativismo é um movimento socioeconômico baseado em valores e princípios de igualdade e equidade, que também é um dos pilares da economia solidária.

O Cooperativismo tem sido a solução para muitas famílias engendradas nesse processo de negócio. Quando se fala em Economia Solidaria logo se traz a reflexão importante de dois fatores, primeiro o fator econômico e depois o fator da solidariedade entre os grupos comunitários, esta proposta chega a ser viável a muitas pessoas que tem a coragem de desafiar todo um sistema capitalista competitivo e cruel, ou seja, o desemprego e globalização como propulsores da economia solidária.

Segundo Singer (2002), Lisboa (1999) Arruda (1999), as consequências da globalização e a insuficiência do mercado para absorver mão- de-obra foram determinantes para o surgimento de modelos de organização do trabalho em que a solidariedade forma o princípio básico. Para Carrion (2003), a economia solidária é parte de um contexto de desemprego, qual se reflete uma realidade de exclusão social sem precedentes na história do capitalismo.

A Economia Solidária contribui para que mais ideias e demandas surjam, assim como a organização de um coletivo também, os encontros de interesse começam a acontecer e a se tornar algo maior a partir dessa fase, “intitulada “Economia Solidária como Circuitos de negócios solidários”. Aquele documento de interlocução com o futuro governo apresentava as diretrizes gerais da Economia Solidária e reivindicava a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária -SENAES” (Arruda, 2003)

Sobre o desenvolvimento local de Belém, é determinado pelas iniciativas dos cooperados sociais e econômicos de um território e /ou espaço social, relaciona-se com esferas públicas e territoriais, muitas prefeituras têm esse seguimento, projetos e políticas, captação de recursos com financiamentos do governo e internacionais. No desenvolvimento local sustentável solidário, são valorizadas as potencialidades e os sistemas endógenos de produção com base em tecnologias sociais, favorece a preservação dos valores dos povos e comunidades. Além disso, a atividade produtiva deverá estar perfeitamente integrada a capacidade de suporte do meio no qual está sendo realizada.

Busca-se portanto, alternativas para uma sociedade humana e igualitária, os enfrentamentos da classe trabalhadora, novas formas de produção de trabalho, variadas condições de vida de uma classe desfavorecida pela falta de atenção do Estado e de Políticas Públicas para uma melhor qualidade de vida, a classe trabalhadora sendo esmagada pelo capitalismo excludente, com a flexibilização na economia mundial, novas metas tem chamado a atenção para comunidades interessadas em desenvolver técnicas agrícolas e artesanais para suprir suas necessidades .

Todas essas pessoas têm um interesse comum, por isso se organizam para favorecer e mostrar a força de seus trabalhos, existindo então uma "Associação, nessa união de pessoas físicas e jurídicas, porque toda associação deve ter uma diretoria para exercer as atividades, com um Estatuto Social com um regimento interno e suas assembleias com associados (as) (Campos, 2002).

Segundo Elias (2004), para potencializar o fluxo de saberes, produtos e serviços da economia solidária, é fundamental oferecer fermentas para a constituição e consolidação de redes e cadeias solidárias, sendo um espaço de divulgação e de busca de produtos e serviços para consumidores individuais e coletivos, com o propósito de romper com o paradigma dos excluídos, “na perspectiva de apresentar a Arte, a Cultura e principalmente uma nova possibilidade de enfrentamento contra todo o sistema de capital excludente” (Elias, 2004, p. 110).

Como já mencionada anteriormente a cooperativa se refere a uma associação autônoma de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais, por meio de uma empresa de propriedade coletiva e democraticamente gerida (Portela, 2007). Existem muitos tipos de cooperativas como as Cooperativas Agropecuárias, produtoras(es) rurais Cooperativas de consumo, tem a finalidade de vender produtos, alimentos, roupas, bebidas, com qualidade e preços baixos Cooperativa de crédito-auxílio de crédito para os cooperados Cooperativa educacional, oferecem materiais escolares com preços acessíveis e de qualidade Cooperativa de habitação -que visa a construção de conjuntos habitacionais, construção e financiamento de imóveis com valor acessível. Esse tipo de geração de renda tem andado de mãos dadas com a economia solidária.

#### 4.1 Políticas Públicas de Economia Solidária no Brasil

Frente ao processo de globalização da economia, que fomenta uma reestruturação produtiva intensa, evidenciando grandes modificações sociais, sobretudo nas relações de trabalho, onde muitos trabalhadores são excluídos dos processos produtivos, causando uma intensificação nas desigualdades sociais., surge a necessidade de se pensar novos modelos de desenvolvimento econômico.

É, portanto, diante da precarização do trabalho, e da grande desigualdade social, oriunda do sistema capitalista, que surge a necessidade de se pensar novos modelos de desenvolvimento econômico. Frente a este cenário, surgem diversas iniciativas econômicas, por parte dos movimentos sociais e de organizações de trabalhadores, como cooperativas, associações solidárias entre outros, com o propósito de destacar a economia solidária enquanto resposta às modificações ocorridas nas relações de trabalho e na vida social.

No Brasil, as primeiras experiências de economia solidária surgem na década de 1980m como consequência de um cenário de crises econômicas e, paralelamente, ao processo de lutas da sociedade civil por democracia no país. Porém, o termo Economia Solidária (ES)<sup>1</sup> foi criado a partir da década de 1990, como uma alternativa de superação da pobreza e construção de uma sociedade mais igualitária.

A economia solidária começa a tomar corpo no país, na primeira metade dos anos 1990, com a multiplicação de experiências, das cooperativas nos assentamentos de reforma agrária, das cooperativas populares nas periferias metropolitanas, formadas com o auxílio de incubadoras universitárias e dos Projetos Alternativos Comunitários (PACs) semeados pela Cáritas nos bolsões de pobreza dos quatro cantos do Brasil (IPEA, 2009, p. 43).

Esse modelo econômico ganha força com a mobilização das igrejas (sobretudo católica e luterana), dos sindicatos, universidades, assim como as iniciativas dispersas de combate à fome e à miséria que começaram a se aglutinar, processos estes impulsionados durante o Fórum Social Mundial (FSM), ocorrido em Porto Alegre, no ano de 2001.

---

<sup>1</sup> O termo Economia Solidária (ES) surgiu pela primeira vez no Brasil em 1996, em um artigo de Paul Singer publicado no Jornal Folha de São Paulo, intitulado: “Economia solidária contra o desemprego”.

Ao mesmo tempo, a necessidade de respostas efetivas à ofensiva neoliberal, também ganha força no campo institucional, surgindo as primeiras experiências de políticas de fomento à economia solidária por governos municipais e estaduais, em sua maioria petistas. Surgem então os chamados Bancos Comunitários, também conhecidos como Banco do Povo, com Programas de Microcréditos Produtivos.

A relação entre bancos comunitários e poder público ocorreu ao longo dos anos de distintas formas. No plano federal, como as finanças solidárias foram adotadas como eixo de atuação da Senaes, a primeira ação oficial foi uma parceria via convênio com o Instituto Palmas, em 2006, para que a metodologia desenvolvida em Fortaleza servisse como base de apoio à implementação de novas experiências similares no Brasil. A partir de então, passou-se a usar mais amplamente o termo bancos comunitários de desenvolvimento. (Silva e Pereira, 2023, p. 15).ok

No campo institucional, a economia solidária ganha forma no início de 2003, com o surgimento da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), momento em que este modelo econômico encontrava-se em uma fase de elevado reconhecimento público, porém, de incipiente institucionalização. Foram articulados vários fóruns locais e regionais, resultando na criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Hoje, além do Fórum Brasileiro, existem 27 fóruns estaduais com milhares de participantes (empreendimentos, entidades de apoio e rede de gestores públicos de economia solidária) em todo o território brasileiro. Foram fortalecidas ligas e uniões de empreendimentos econômicos solidários e foram criadas organizações de abrangência nacional.

## **4.2 As Políticas Públicas de Economia Solidária**

Além disso, a decisão de implementar programas e projetos com o objetivo de consolidar o setor de economia popular e solidária, que coexiste com outras formas de organização econômica: pública, privado e misto, nesse processo, vale destacar a participação cidadã como uma condição inevitável (França Filho, Laville, 2004).

Este novo paradigma econômico-cultural rompe com a ordem estabelecida e substitui o “desenvolvimento” como meta, por “viver bem”. Para responder ao quadro legal, é criada uma plataforma institucional que envolve vários ministérios e entidades públicas com a função de regular, controlar, financiar e promover a ação da economia popular e solidária nacional. Algumas dessas instituições são: Ministério do Trabalho

e Emprego, por intermédio de sua Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), em parceria com organizações da sociedade civil, o Sistema de Informações da Economia Solidária (Sies). As referidas organizações constituem entidades do setor público que estabelecem conceitos, metodologias, métodos e ferramentas para consolidar o setor econômico e financiador popular e solidário. Nesse sentido, Andino (2012), afirma que vários são as observações às categorias utilizadas por este setor, uma delas alude à necessária distinção que deve ser feita entre economia da iniciativa individual, da economia popular associada e da economia solidária, da qual inconsistências no momento de implementação dos programas e projetos.

Pelas razões expostas, demonstra a contribuição das instituições públicas do setor da economia popular e solidária, no desenvolvimento e consolidação da economia solidária, através da exploração de práticas institucionais. As principais conclusões indicam que a estrutura organizacional pública, criou do papel regulador do Estado, torna visível e apoia algumas das expressões econômicas solidárias, mas sua contribuição ainda é limitada em relação às expectativas de seus atores (França Filho, Laville, 2004).

Destaca-se a relevância da economia solidária na promoção do desenvolvimento local pelo fato de que a partir dessas organizações é promovida a introdução de alguns serviços de apoio à transformação dos sistemas produtivos locais, bem como a formação de lideranças com competências para participação na tomada de decisões relacionadas ao desenvolvimento local.

Segundo Dowbor (2006, p.02),

A dimensão territorial dos processos econômicos é essencial. Em particular, ao se deslocar boa parte das iniciativas do desenvolvimento para o nível local, aproxima-se a decisão do espaço onde o cidadão pode efetivamente participar, enfrentando em particular a “marginalidade urbana” que se tornou a forma dominante de manifestação da nossa tragédia social.

As estratégias de desenvolvimento local surgiram como uma proposta alternativa às políticas tradicionais de desenvolvimento voltadas para a promoção do crescimento econômico.

Elas surgiram da melhora no comportamento de grandes agregados macroeconômicos como inflação, emprego, renda, entre outras variáveis. O desenvolvimento local consiste em uma estratégia voltada para a melhoria da



qualidade de vida e bem-estar das comunidades onde são implantados. É uma estratégia multidimensional, pois afeta e leva em conta uma ampla diversidade de elementos sociais, econômicos e ambientais.

O objetivo final de um autêntico processo de desenvolvimento local é avançar para que as comunidades locais possam utilizar os seus próprios recursos (econômicos, sociais, patrimoniais, ecológicos) da forma mais eficiente possível para melhorar o bem-estar de toda a e cada indivíduo .um dos que dele fazem parte, garantindo que este bem-estar se perdue ao longo do tempo (Barquero, 2001, P. 15).

Atualmente, outros fatores que representam benefício para as comunidades são considerados, como políticas de desenvolvimento local que se baseiam na utilização dos recursos locais, potencial de desenvolvimento, participação local, inovação, desenvolvimento tecnológico e o território como fator estratégico para o desenvolvimento.

No marco desses processos, a economia solidária começa a despontar como instrumento para a consecução dos objetivos de desenvolvimento local que, em linhas gerais, estão orientadas para a transformação da estrutura produtiva local.

Alguns autores como Alburquerque (2004) e Barquero (2001) argumentam que essas estratégias encontram suas bases nas seguintes políticas:

- a) Iniciativas Locais de Emprego (ILE): surgiram na década de 1980 como uma alternativa para dar uma resposta do território aos problemas de desemprego;
- b) Iniciativas de Desenvolvimento Empresarial Local (IDE): começaram a se formar na década de 1980 a partir da necessidade de valorizar o papel das PMEs no desenvolvimento, enfatizando sua contribuição para a geração de emprego e renda;
- c) Iniciativas de desenvolvimento local (IDL): abrangem a abordagem integral dos aspectos que incluem o ILE e o IDE enfatizando a formação de recursos humanos locais para o emprego, a inovação como base para a transformação dos sistemas produtivos e o fortalecimento do tecido comercial local.

Especificamente em torno da definição de desenvolvimento local Barquero (2001), afirma que esse processo é promovido a partir de um conjunto de estratégias orientadas basicamente para “influenciar as forças e mecanismos determinantes do

processo de acumulação de capital” (p. 198). Um dos objetivos desta política assenta na melhoria do bem-estar da população local, a partir da criação e fortalecimento de empresas locais, bem como da criação de redes de negócios.

Com base nos contextos apresentados, Barquero (2001, p. 203) argumenta que o “desenvolvimento de uma localidade, de um território ou de um país consiste em um processo de transformações e mudanças endógenas, impulsionadas pela criatividade e pela capacidade empreendedora existente no território”. Tais transformações abarcam as várias dimensões do território que se especificam a partir da posição nos seguintes aspectos:

- a) **Econômica:** visa promover a capacidade dos empresários locais para organizar e utilizar os recursos territoriais como potencial de desenvolvimento, induzindo a geração de vantagens competitivas baseadas na cooperação e solidariedade dos agentes de formação e fortalecimento das PME, que são fundamentais para a criação de sistemas de produção locais especializados na região amazônica da cidade de Belém;
- b) **Sociocultural:** visa o desenvolvimento de uma cultura econômica própria que, além das raízes territoriais da população local que são bem fortes e visíveis em Belém, revele um conjunto de metas e objetivos de desenvolvimento socialmente construídos e amplamente compartilhados por atores públicos e privados locais;
- c) **Político-administrativo:** visa fortalecer os vínculos entre os atores públicos e privados para a tomada de decisões diretamente relacionadas ao desenvolvimento, destacando as políticas locais tais como, o Plano Estadual de Qualificação Social e Profissional do Pará, a construção da Política Estadual de Trabalho, Emprego e Renda no Pará tendo por base as competências legais conferidas a Secretaria de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda (SEASTER) por meio da Lei Estadual nº 8.096, de 1º de janeiro de 2015.

Os fatores acima mencionados permitem especificar em cada território os problemas existentes, as oportunidades de desenvolvimento, os recursos potenciais para uma estratégia de desenvolvimento baseada no território, as variáveis sobre as quais os agentes locais devem intervir para promover a transformação estrutural, entre outros aspectos. Desta forma, os promotores do desenvolvimento têm um diagnóstico

pertinente que favorece as intervenções territoriais para alcançar o desenvolvimento local (Altschuler, Casalis, 2006).

Entre as principais diferenças apresentadas pelas políticas tradicionais de desenvolvimento e pela política de desenvolvimento local, Alburquerque, Costamagna e Pérez, (2015) destacam que:

Políticas com abordagem convencional ao desenvolvimento orientam ações para o crescimento quantitativo, expresso em termos de agregados macroeconômicos (PIB, inflação, emprego etc.), evolução do nível de emprego em função do crescimento econômico, políticas de subsídios, o investimento do capital estrangeiro, a difusão do crescimento a partir das regiões centrais e as políticas assistenciais adotadas tanto para reduzir a pobreza como a exclusão social. As políticas de desenvolvimento local visam a satisfação das necessidades básicas da população local em termos de emprego, renda, qualidade de vida, conservação dos recursos naturais, articulação e fortalecimento do tecido produtivo, adoção de inovações de base territorial, fortalecimento do local governos, participação direta das partes interessadas na formulação e implementação da política de desenvolvimento, fortalecimento do sistema produtivo; bem como emprego local para garantir a renda da população e o desenvolvimento de suas capacidades (Alburquerque, Costamagna, Pérez, 2015, p.76).

Nestes termos, dentro da política de desenvolvimento local, o território socialmente construído é o fator estratégico para o desenho das ações de desenvolvimento local, desde as suas raízes históricas, bem como as suas características sociais, econômicas, culturais, institucionais, políticas e ambientais, os recursos locais, os sistemas produtivos, para citar alguns aspectos, configuram-se como referências fundamentais para identificar as potencialidades do território e definir a política de desenvolvimento de orientação.

Considerando o território como ator de desenvolvimento, Barquero (2001) afirma que cada localidade possui um conjunto de recursos que se configuram como potencial de desenvolvimento. Em cada região, país, localidade ou território, são necessárias diferenças em termos de estrutura produtiva, mercado de trabalho, fatores de produção disponíveis, tecido empresarial, capacidade territorial de adoção de inovações, formação de recursos humanos, funcionamento institucional, entre outros aspectos, que são parte das várias dimensões que sustentam a concepção e implementação de iniciativas de desenvolvimento local.

Segundo aponta Abramovich (2006), as políticas públicas na esfera social que são pautadas pelos direitos humanos podem ser entendidas como ações positivas voltadas para a superação de graves situações de exclusão e desigualdade estrutural

de vastos setores da população, garantindo o universal, integral e acesso progressivo ao exercício dos seus direitos.

No entanto, é preciso lembrar que as políticas públicas sociais surgiram como um mecanismo cujo objetivo era contribuir para a integração social dos grupos excluídos do acesso ao mercado. Originalmente, ele se concentrava em um modelo de Estado de bem-estar caracterizado pela prestação de serviços e o desenvolvimento de uma infraestrutura social básica. Ou seja, políticas destinadas a garantir o gozo dos direitos sociais reconhecidos, sem assumi-los como obrigações do Estado, mas como mecanismo de legitimação e reprodução do sistema. Nos termos de Güendel (2003), é um modelo de política pública baseado no “controle social” do conflito. Esse mecanismo foi desenvolvido em duas frentes, de um lado, a prevenção primária, e de outro, o controle dos problemas sociais que poderiam gerar desequilíbrios e, portanto, a atenção aos problemas sociais consolidou uma ampla e rígida estrutura burocrática que limitava a participação da população aos aspectos funcionais.

As mudanças ocorridas durante a segunda metade do século XX resultaram na necessidade de uma política pública social mais global para que pudesse desenvolver não apenas a atenção às necessidades (objetivas e subjetivas) da população (entendidas como direitos que o Estado tem a obrigação de respeitar, proteger e satisfazer), mas também o pleno reconhecimento da identidade dos grupos excluídos como sujeitos de direitos, este último aspecto possibilita o fortalecimento do tecido social por meio do empoderamento e reconhecimento recíproco dos grupos sociais.

Nessa mesma perspectiva, um conjunto de estudos analisa a articulação entre a abordagem territorial e o desenvolvimento de políticas sociais. Apontam que seus critérios de intervenção permitem “superar” as limitações das políticas assistenciais ao recuperar as capacidades dos cidadãos e os atributos próprios de cada território para a busca de soluções (Coraggio, 2000).

Outros autores levantam algumas controvérsias em torno dessas políticas, pois questionam se elas contribuem para processos de desvinculação do Estado do “empoderamento” dos beneficiários, individualizando os problemas sociais. Nesse sentido, associam essas políticas às propostas do Terceiro Setor e do Banco Mundial (Guerra, 2014).

#### 4.2.1 Experiência: Fundo Ver-o-Sol "Banco do Povo" em Belém do Pará

O apoio aos Fundos Solidários e aos Bancos Comunitários de Desenvolvimento está orientado para uma perspectiva de promoção do desenvolvimento local sustentável e solidário por meio da geração de trabalho e renda em iniciativas econômicas solidárias em territórios vulnerabilizados pela pobreza. Visando facilitar e ampliar o acesso ao crédito para os empreendimentos econômicos solidários, tem havido esforços no sentido da criação e ampliação de programas e linhas de crédito, por meio do fortalecimento das cooperativas de crédito solidário (SILVA, 2011)

Ainda para o autor (2011) considerando que o planejamento e organização da comercialização é um dos principais desafios para viabilidade e escoamento dos empreendimentos econômicos solidários (EES), foram apoiados projetos, que permitiu o beneficiamento de milhares de trabalhadores diretamente na melhora da qualidade e da produção e organização da comercialização [...] de modo geral é preciso entender e enfrentar que o desafio da comercialização para os trabalhadores(as) que possuem sua fonte de renda da economia solidária possam viver dignamente, conforto e segurança de seu trabalho a partir do reconhecimento e conscientização da população e sociedade quanto à origem social e ambiental dos seus produtos e serviços.

Ao longo dos últimos oito anos, registram-se também acúmulos nas políticas de formação em economia solidária orientadas para atender prioritariamente às demandas dos empreendimentos econômicos solidários, fortalecendo o seu potencial de inclusão social e econômica, bem como sua dimensão política emancipatória. Nesse sentido, durante esses últimos anos foram implantadas diversas ações de formação, incubação, assistência técnica e assessoramento a Empreendimentos Econômicos Solidários (SILVA, 2011).

Foi na segunda metade na década passada que foram implantados os primeiros programas e ações governamentais de apoio à economia solidária.<sup>1</sup> Tais iniciativas ganharam maior relevância e visibilidade quando implantadas em municípios metropolitanos como Porto Alegre, São Paulo, Recife e Belém. Assim, a economia solidária emerge igualmente a partir da ação governamental e não apenas da sociedade civil (SCHIOCHET, 2009).

Programas de geração de trabalho e renda também estavam presentes nas políticas assistenciais e de desenvolvimento local. Muitos empreendimentos econômicos solidários surgiram, por exemplo, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Local e Integrado e Sustentável (Dlis) e do Plano Nacional de Qualificação Profissional (Planfor) (SCHIOCHET, 2009).

No âmbito do sistema de informações e dados, as políticas públicas de economia solidária podem ser configuradas ou ditas como:

(...) aquelas ações, projetos ou programas que são desenvolvidos ou realizados por órgãos da administração direta e indireta das esferas municipal, estadual ou federal com o objetivo de fortalecimento da economia solidária. (...) As políticas públicas de economia solidária possuem como beneficiários diretos trabalhadores(as) e/ou sócios(as) de empreendimentos econômicos solidários (EES), considerando-se tanto os que já estão constituídos quanto os que estão em processo de constituição (BRASIL, 2009, p. 4).

O microcrédito na atual conjuntura da realidade se consolidou como uma alternativa de dinamização da economia local, impulsionador de crescimento econômico e gerador de emprego e renda (DANTAS, 2012)

Para Barone, Dantas e Rezende (2002, p.26) o microcrédito consiste em:

“A concessão de crédito de baixo valor a pequenos empreendedores informais e microempresas sem acesso ao sistema financeiro tradicional, principalmente por não terem como oferecer garantias reais. É um crédito destinado à produção (capital de giro e investimentos) e é concedido com o uso de metodologia específica.”

A manifestação pioneira de microcrédito ocorreu no sul da Alemanha, em 1846. Foi fundada pelo pastor Raiffeisen e foi nomeada de “Associação do Pão”. Após um rigoroso inverno, os fazendeiros locais ficaram endividados e na dependência de agiotas. O pastor concedeu-lhes farinha de trigo para que, com a fabricação e comercialização do pão, conseguissem gerar capital de giro. A associação desenvolveu e transformou-se numa cooperativa de crédito para a população pobre (SILVEIRA FILHO, 2005).

Com o passar do tempo essas associações passaram a ser conhecidas como “Bancos do Povo”, chegando a 1002 bancos do povo na Alemanha no ano de 1912, mobilizando 641 mil associados. Essas iniciativas contribuíram para o desenvolvimento dos princípios da economia solidária, tendo se expandido para vários países da Europa no século passado (SINGER, 2002).

Segundo Nichter et al. (2002), para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) enfatiza o microcrédito como a “concessão de empréstimos de relativamente pequeno valor, para atividade produtiva, no contexto das micro finanças”.

O conceito de microcrédito nega algumas das principais características do sistema tradicional de crédito [...] o microcrédito é fornecido baseado principalmente na análise socioeconômica do cidadão, onde pesa, principalmente, a avaliação subjetiva relativa às intenções e potencialidades do cliente, feita pelo agente de crédito (SILVA, 2007)

Assim, o microcrédito deve ser concedido de forma assistida, sendo que a “postura do Agente de Crédito, suas atitudes, linguagem e abordagem devem levar aos pequenos empreendedores as informações e orientações essenciais para o êxito do negócio” (SILVEIRA FILHO, 2005).

O Projeto Fundo Ver-o-Sol do Governo Municipal de Belém é uma das experiências do microcrédito. E este tem como filosofia trabalhar o desenvolvimento sustentável através da inclusão social e fortalecimento do empreendedorismo, utilizando o crédito como parte do programa de políticas públicas para criar condições de realizar, fazer, alcançar patamares de melhoria da qualidade de vida através do trabalho e geração de renda (CARNEIRO, 2010)

Segundo Dantas (2012) o Banco do Povo de Belém (Pará) é um exemplo de ação promovida a nível governamental para fortalecimento da EES. O programa foi implementado por meio da criação do Fundo Municipal de Solidariedade para Geração de Emprego e Renda Ver-o-Sol ou comumente chamado de Fundo Ver-o-Sol, em 1998. Os recursos oriundos desse fundo são geridos e organizados por uma junta administrativa e de gestão que em sua composição possuem o coordenador do Ver-o-Sol, pelo diretor geral e pelo chefe do departamento administrativo da Secretaria Municipal de Economia.

O Fundo Municipal de Geração de Emprego e Renda Ver-o-Sol, criado pela Lei Complementar nº01 de 20/10/97, ligado a Secretaria Municipal de Economia (SECON), iniciou suas atividades em junho de 1998, durante a primeira gestão (1997-2000) do prefeito Edmilson Rodrigues (PT) na prefeitura de Belém. Até 2003, era conhecido como Banco do Povo, considerado como o principal instrumento de políticas públicas, junto com o Programa Bolsa-Escola, da Gestão Municipal de Belém para o combate à exclusão, à pobreza e ao desemprego na capital do Estado do Pará. Junto com o Banco do Povo a Lei Complementar nº01, criou também o Conselho Municipal de Trabalho e Desenvolvimento Econômico e Social (CMTDES), e no ano seguinte foi aprovado o Decreto nº32. 517/98, regulamentando o Fundo (CARNEIRO, 2010).

Segundo Carneiro (2010) o projeto foi concebido e elaborado após várias pesquisas e estudos com base em outras experiências exitosas que trabalhavam a questão do microcrédito, tais como as de Bangladesh, Colômbia, Equador e Bolívia, entre outras. Entre o ano de 1997 até meados de 1998, o grupo que formulava a concepção do banco ou fundo, teve a assessoria da Instituição Comunitária de Crédito Portosol (ICC Portosol) de Porto Alegre, bem como promoveu seminários com participantes de outras experiências no Brasil e no exterior, para debater, discutir e dialogar com as ideias que viriam a servir de base para a formulação do Banco do Povo de Belém.

O Fundo Ver-o-Sol é uma instituição de microcrédito, administrada pela Prefeitura de Belém, atualmente ligada diretamente ao Gabinete do Prefeito. O Fundo faz parte do Programa de Geração de Emprego e Renda da Prefeitura Municipal de Belém, com objetivos básicos de promover: a) o desenvolvimento econômico e social por meio da geração de emprego e renda; b) a democratização do crédito mediante a concessão deste aos pequenos e micro-empresários, a taxas de juros abaixo do mercado e c) o incentivo à criação de formas cooperativas, associativas e solidárias, com vistas à implementação de um modelo alternativo de economia (FERNANDES, 2002).

O Fundo Ver-o-Sol atende os clientes da região administrativa do município de Belém, formada por Empreendedores de Micro e Pequenas Empresas, Produtores Urbanos e Rurais, Artesãos, Prestadores de Serviços, Feirantes, Permissionários do Mercado Municipal, Cooperativas ou Formas Associativas de Produção ou trabalho, pessoas oriundas de Programas Assistenciais de complementação de renda do



governo municipal, estadual ou federal: Bolsa Família, egressos ou dependentes de egressos do sistema penal, mulheres em situação de risco social, pessoas com mais de 45 anos com risco social e jovens até 25 anos para o 1º Emprego (CARNEIRO, 2010)

Segundo publicação no site da Prefeitura de Belém (2021), que acabaram por alterar a LEI COMPLEMENTAR Nº 1/1997 E ALTERAÇÕES POSTERIORES, a mesma em suas disposições trás os seguinte entendimentos a que público está destinado, sendo:

“LEI COMPLEMENTAR Nº 1/97, DE 20 DE OUTUBRO DE 1997. INSTITUI O FUNDO MUNICIPAL DE SOLIDARIEDADE PARA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA VER-O-SOL, CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

(...)

Art. 2º O Fundo Municipal de Solidariedade para Geração de Emprego e Renda Ver-O-Sol tem como objetivo a Geração de Emprego e Renda no Município de Belém e é especialmente destinado:

I - a financiamento de microcomputadores urbanos ou rurais, artesãos e pequenos prestadores de serviços, feirantes, locatários de mercados e setor informal;

II - a empréstimos às cooperavas ou formas associavas de produção ou de trabalho; III - a financiamento de micro empresas e empresas de pequeno porte; IV - à capacitação e ao treinamento gerencial de empreendedores econômicos, bem como assistência técnica; V - à formação de mão-de-obra e preparação de jovens para o trabalho; e VI - ao aval das operações que objetivam a geração de emprego e renda.”

O Banco do Povo de Belém integra o programa de geração de emprego e renda da Secretaria Municipal de Economia (SECON), que é criado —[...] em busca de uma solução para a angustiante situação de desemprego, por meio da inclusão social e política do cidadão, na perspectiva de melhores condições de vida (ARROYO, 2002, p. 54).

Segundo análise de acordo com Brasil (2007), o Fundo Ver-o-Sol realizou convênio com entidades sindicais e todas as cooperativas Belém que estiverem dentro do escopo de trabalho do fundo ver-o-sol. Com referência à capacitação e qualificação de pessoas vinculadas ao Fundo, foram criados de prontidão três programas:

Programa de Inclusão Digital, Programa de Desenvolvimento de Competências Gerenciais e Programa Farmácia Nativa, que promoveram cursos de capacitação como s de áreas de tecnológicas como Inclusão Digital, Gestão Empresarial e Noções de Contabilidade, Associativismo e Cooperativismo, tendo assim nessa parceria mediante convênios o beneficiamento direto de 3.050 pessoas até 2006.

As linhas de créditos especiais são: Crédito Solidário (grupos solidários), Crédito Associativo (cooperativas e unidade de produção comunitária) e Crédito Especial para pessoas pertencentes a programas sociais das três esferas de governo (OLIVEIRA, 2021)

No período de 2006 a 2009, o Fundo Ver-o-Sol apresentou os seguintes números na gestão, foram R\$3.538.963,33 (três milhões, quinhentos e trinta e oito mil, novecentos e sessenta e três reais e trinta e três centavos). Com esse recurso o fundo realizou 2.722 operações de crédito; e cada operação tem valor médio de R\$ 1.300,13 (mil e trezentos reais e treze centavos) (CARNEIRO. 2010)

No relatório de prestação de contas, o Fundo Ver-o-Sol inclui como atividade externa atendimentos, tais como serviços de refeições, no total de 5.295, servidas pelo Restaurante Popular, no ano de 2019 e 1.871 pessoas capacitadas. Outras qualificações ofertadas pelo Fundo no período de janeiro a novembro de 2019 foram 5.950 pessoas qualificadas e certificadas nos cursos de Agente de Portaria, Qualidade no Atendimento, Operador de Caixa, Atendente de Farmácia. Outros cursos menos demandados foram Artesanato com Material Reciclável, Empreendedorismo, Garçom e Garçonete, Informática Básica e Avançada, Limpeza e Higienização Predial, Oratória e Relações Interpessoais (OLIVEIRA, 2021).

No ano de 2021, novamente o Ver-o-Sol muda de gestor [...] A metodologia adotada para formular o referido programa, constituiu-se de sete (07) grupos de trabalho para a construção de diagnósticos, os quais foram compostos por técnicos, professores, estudantes, lideranças comunitárias, membros de associações de categorias profissionais, contribuições individuais e coletivas. Os debates e propostas foram construídos em oito (08) reuniões preparatórias distritais e seis (06) plenárias temáticas, reunidas em seis (06) eixos temáticos: 1) Gestão Democrática e Participativa; 2) Políticas Urbanas e Ambientais; 3) Economia Inovadora para a Vida e Cidadania; 4) Políticas Sociais e Segurança Cidadã; 5) Cidadania Cultural e Comunicação; 6) Diversidade. Nesse período foi lançada uma plataforma digital

denominada Plataforma Bora Belém, que recebeu contribuições para a construção do Plano (OLIVEIRA, 2021).

A política de microcrédito é um instrumento de inclusão social já comprovada, que assegura aqueles que não têm acesso ao sistema de crédito formal, a melhoria da qualidade de vida e garantia mínima de sustento, principalmente para as pessoas com baixa escolaridade (CARNEIRO, 2010).

#### 4.2.2 Política de fomento à Economia Solidária no Estado do Pará

A Lei Nº 7.309, de 6 de outubro de 2009 (alterada pela Lei nº 9.866, de 13 de março de 2023), sancionada pela Assembleia Legislativa do Estado do Pará, Institui a Política de Fomento à Economia Popular e Solidária do Estado do Pará e dá outras providências. Quanto a diretriz, destaca em seu Art. 1º

[...] a promoção da Economia Popular e Solidária e o desenvolvimento de grupos organizados autogestionários de atividades econômicas, de forma a integrá-los no mercado e a tornar suas atividades auto-sustentáveis, por meio de programas, projetos, parcerias com a iniciativa privada, convênios e outras formas admitidas em lei (Pará, 2009).

Na referida Lei, em seu Art. 2º, a ideia de economia solidária está associada a atividades econômicas desenvolvidas de forma coletiva e sustentável.

Economia Popular Solidária as iniciativas da sociedade civil que visam à geração de produto ou serviço, por meio da organização, da cooperação, da gestão democrática, da solidariedade, da distribuição eqüitativa das riquezas produzidas coletivamente, da autogestão, do desenvolvimento local integrado e sustentável, do respeito ao equilíbrio dos ecossistemas, da valorização do ser humano e do trabalho e do estabelecimento de relações igualitárias entre homens e mulheres.

Com base no exposto, a economia solidária se configura como uma estratégia que favorece o alcance dos objetivos de desenvolvimento local, com atividades produtivas estruturada em bases do cooperativismo e associativismo, a fim de incorporar uma dimensão social no que diz respeito ao trabalho, com distribuição de excedentes, participação na tomada de decisões e satisfação das necessidades. Desta forma, o desenvolvimento local ocorre em um território específico de forma a promover a transformação da estrutura produtiva, a partir da utilização dos recursos locais como potencial de desenvolvimento (Singer, 1998a).

Frequentemente, as iniciativas de desenvolvimento local e a abordagem da economia solidária têm sido abordadas de forma independente, embora se reconheça

que ambas fazem parte de um mesmo processo que, em última instância, leva ao desenvolvimento econômico e social das localidades, cristalizado na melhoria do bem-estar social.

A este respeito, destaca que tanto o desenvolvimento local como a economia solidária convergem no objetivo de contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população, que se baseia em iniciativas locais, através da transformação estrutural das várias dimensões do território como parte do desenvolvimento, onde as organizações de economia solidária têm um papel transcendental na medida em que contribuem para a transformação dos sistemas produtivos locais e a formação de redes de negócios, entre outros aspectos.

O documento elaborado pelo DIEESE, que trata sobre referenciais para analisar empreendimentos de economia solidária (EES), destaca que “uma análise consistente de um empreendimento de economia solidária deve considerar, sobretudo, as especificidades desses em relação às empresas tradicionais, sendo necessário identificar ainda se a proposta - baseada na autogestão - tem uma dimensão coletiva/associativa” (Dieese, 2014, p.25).

Deste modo, as várias organizações baseadas nas linhas de orientação da economia solidária, tais como cooperativas, sociedades mútuas e empresas sociais, começam a ter efeito à medida que vão surgindo como estratégias alternativas de desenvolvimento econômico e social promovidas desde a perspectiva local. No entanto, destaca que a transformação estrutural vinculada ao desenvolvimento local não pode ser materializada apenas por meio de estratégias de economia solidária.

Portanto, as organizações de economia solidária se estruturam e funcionam com base em um conjunto de princípios compatíveis com o desenvolvimento local, que estão vinculados ao cooperativismo e ao associativismo, e se especificam na autonomia, democracia, solidariedade, participação social. Distribuição de benefícios com base nas atividades dos sócios e não sobre aportes de capital, o que leva ao bem-estar dos membros e da sociedade em geral.

## **5 O PLANO ESTADUAL DE QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL DO PARÁ (PQSP/PA) DA SEASTER.**

### **5.1 O contexto institucional do PQSP/PA da SEARTER.**

No Estado do Pará a Política Estadual de Trabalho, Emprego e Renda, tem por base as competências legais<sup>2</sup> conferidas a Secretaria de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda (SEASTER) por meio da Lei Estadual nº 8.096<sup>3</sup>, de 1º de janeiro de 2015, atribuindo a esta Secretaria a missão institucional de promover com qualidade e efetividade o desenvolvimento social, garantindo aos cidadãos, especialmente aos grupos da população em situação de vulnerabilidade social, direito e acesso à assistência social, à segurança alimentar e nutricional, e a promoção do trabalho, emprego e renda.

No processo de reestruturação da Secretaria, destaca-se a criação da Diretoria de Empreendedorismo e Economia Solidária, que nasce com a responsabilidade, de ser a facilitadora da economia de cooperativismo, e do empreendedorismo, sendo uma ferramenta para um olhar ao trabalhador no contexto social. Dentro do contexto de economia solidária, tenta trazer para o interior da diretoria, programas, projetos e convênios, que possibilitassem a integração do trabalhador na perspectiva de economia solidário do estado do Pará.

É importante destacar que as reformulações das Secretarias acontecem a partir da reorganização de fatores socioeconômicos e políticos no âmbito nacional e/ou global, que podem ser analisados a partir de um novo paradigma de desenvolvimento territorial, com natureza localizada dos processos de acumulação, inovação e

---

<sup>2</sup> Antes, essa competência era de responsabilidade da Secretaria Executiva de Estado de Trabalho e Promoção Social (SETEPS), que em 23 de março de 1994, passou a denominar-se Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego e Renda – (SETER), órgão da administração direta do Poder Executivo, tendo por finalidade institucional promover com qualidade e efetividade as relações do trabalho e a geração de emprego e renda.

<sup>3</sup> A Lei Nº 8.096/2015 que dispõe sobre a estrutura da Administração Pública do Poder Executivo Estadual, e dá outras providências, altera a nomenclatura da Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego e Renda (SETER) – criada pela Lei nº 4.893/1979, para Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda (SEASTER), absorvendo todas as competências da estrutura anterior. Disponível em: [https://www.seaster.pa.gov.br/sites/default/files/lei\\_8.096\\_de\\_1.1.2015%20Cria%C3%A7%C3%A3o%20da%20SEASTER.pdf](https://www.seaster.pa.gov.br/sites/default/files/lei_8.096_de_1.1.2015%20Cria%C3%A7%C3%A3o%20da%20SEASTER.pdf)

formação de capital social. Para essas formulações, a noção de território está ligada ao desenvolvimento, seja pela perspectiva de sua projeção espacial ou pelo papel de atores, instituições, formas de organização coletiva e até mesmo cultura (Benini, 2003).

No tocante a Política de Trabalho, Emprego e Renda no Estado do Pará, a mesma sustenta-se em *quatro grandes eixos*: (1) Recepção ao benefício do Seguro Desemprego; (2) Qualificação Social e Profissional; (3) Intermediação para o Trabalho e Emprego; (4) Empreendedorismo e Economia Solidária.

Compete à SEASTER em relação a esta Política: Formular, coordenar, acompanhar e avaliar a Política Estadual de Trabalho, Qualificação Profissional, Emprego e Renda do Estado; Estabelecer diretrizes para a política governamental nas áreas de geração de emprego e de renda; Fomentar a geração de emprego e renda no âmbito estadual, visando garantir consistência e amplitude à Política Estadual de Trabalho, Emprego e Renda; Promover e supervisionar o processo de qualificação de mão de obra sob a responsabilidade do Governo do Estado do Pará; Apoiar, organizar e fomentar as iniciativas de produção familiar, comunitária; Promover atividades econômicas orientadas e organizadas pela autogestão.

## **5.2 O Plano de Qualificação Social e Profissional do Estado do Pará (PQSP/PA).**

Partindo das estratégias da Política Estadual de Trabalho, Emprego e Renda, foi elaborado o Plano de Qualificação Social e Profissional – PQSP, formulado em sintonia com Lei nº 7.309/2009 (Política de Fomento à Economia Popular e Solidária do Estado do Pará) e com o Plano Plurianual – PPA, versão 2016-2019, orientando-se pelos objetivos de: a) inclusão social e redução das desigualdades sociais; b) crescimento com geração de trabalho, emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais; c) promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia (MTE, 2003, p. 9).

Sob a coordenação da SEASTER, a implementação do PQSP/PA, foi estruturada em três formas distintas e complementares de execução:

- ✓ Demandas identificadas a partir de estudos técnicos: tendo como base de informações o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE -

Observatório do Trabalho), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Federação das Indústrias do Estado do Pará (FIEPA) entre outros, que sirvam de subsídios às discussões e tomadas de decisões;

- ✓ Demandas identificadas e definidas pelos municípios: a identificação da necessidade de cursos de qualificação será feita de modo participativo, preferencialmente em seminários e/ou oficinas de trabalho;
- ✓ Demandas espontâneas: solicitações de qualificação feitas a SEASTER por organizações da sociedade civil com atuações em diversos municípios do Estado; Demandas de órgãos públicos e privados do Estado, que possuem grandes projetos geradores de trabalho, emprego e renda, como por exemplo: Programa Municípios Verdes, Programa Rota Turística, Núcleo de Articulação e Cidadania e PROPAZ.

O PQSP/PA, apresenta como diretriz conhecer e gerenciar formas inovadoras de desenvolver empreendimento econômico, com ênfase na economia solidária, utilizando ferramentas práticas para a geração de emprego e renda, por meio de ações de qualificação profissional e fomento ao empreendedorismo.

Considerando as competências do eixo Qualificação Social e Profissional, o Plano Estadual de Qualificação Social e Profissional no Pará (PQSP/PA), foi pensado enquanto mecanismo fundamental da Política Pública de Trabalho, Emprego e Renda, sendo lançado em novembro de 2015, com o objetivo de:

- ✓ Ampliar as oportunidades de inserção e reinserção no mundo do trabalho, por meio de ações/cursos de qualificação social e profissional, sintonizados com a vocação econômica de cada região do Estado do Pará. Aumentar a permanência no mercado de trabalho, reduzindo os riscos de demissão e as taxas de rotatividade;
- ✓ Promover por meio da qualificação profissional, a inclusão social dos trabalhadores de municípios identificados como prioritários para o Estado, com base no Índice de Progresso Social - IPS e no Índice de Desenvolvimento Humano - IDH;
- ✓ Atender a demanda do mercado de trabalho estadual com mão de obra qualificada em acordo com as exigências atuais;
- ✓ Implementar cursos de formação inicial e continuada para trabalhadores do mercado formal e informal.

Dentre as metas apresentadas no PQSP/PA, consta a de qualificar 16.786 trabalhadores da área urbana e rural do Estado do Pará, no período de 2016/2019,

com alcance de 839 turmas, distribuídas nos 144 municípios do Pará, prioritariamente os que possuem postos do Sistema Nacional de Emprego (SINE) e Comissões Municipais de Emprego, como também aqueles de maior vulnerabilidade de acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e Índice de Progresso Social (IPS), atuando em áreas como: Extrativa Mineral Indústria da Transformação Construção Civil Comércio Serviços Agropecuária Turismo Empreendedorismo e Economia Solidária.

Quanto ao público alvo a ser atendido, estão: Trabalhadores/as sem ocupação cadastrado/as nas agências do SINE; Pessoas que trabalham em condição autônoma; Trabalhadores/as referentes a políticas de inclusão social; Trabalhadores/as em setores sujeitos a reestruturação produtiva; Trabalhadores/as domésticos; Trabalhadores em situação especial (egressos do sistema penal, jovens de medidas sócio educativas, Pessoa com Deficiência (PCD), outros); Trabalhadores/as para o desenvolvimento e geração de emprego e renda; Trabalhadores/as rurais, agricultores familiares e da pesca.

O processo de gestão, monitoramento, acompanhamento das ações de qualificação previstas no PQSP/PA, é proposto como forma de identificar os possíveis problemas de execução para a orientação aos responsáveis, “por meio de instrumentos avaliativos como: Aplicação de formulários dirigidos aos educandos, executores, instrutores e aos parceiros municipais, com vistas a obter resultados quantitativos e qualitativos” (PQSP-PA, 2016). Porém, essa parte se apresenta como uma das lacunas do referido Plano,

Um ponto que merece destaque na análise do referido Plano, se refere às estratégias de acompanhamento dos egressos. Considerando que o monitoramento das ações dos programas estaduais de qualificação social e profissional no âmbito do PQSP/PA deveria ser feito por meio de um sistema informatizado de gestão, como forma de garantir a efetividade social do Plano. No entanto, essa ferramenta não está em funcionamento, impossibilitando mensurar o alcance das metas estabelecidas.

Neste aspecto, Buzzatti (2007) enfatiza que essas novas diretrizes para as políticas sociais, na perspectiva de focalização dos egressos, recuperam a abordagem territorial, mas o fazem de forma a atingir apenas a população-alvo de intervenção.



Desta forma, o PQSP/PA apresenta-se como um instrumento norteador do Programa de Trabalho, Emprego e Renda, voltado para a integração das políticas públicas de qualificação com as políticas sociais e setoriais.

#### 5.2.1 O Programa Trabalho, Emprego e Renda no âmbito do PQSP/PA.

O Programa Trabalho, Emprego e Renda foi estruturado no âmbito do Plano de Qualificação Social e Profissional (PQSP), a partir do eixo: Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente, contando com duas principais metas regionalizadas: (1) Fomento a Economia Solidária e ao Empreendedorismo; (2) Promoção da inserção e a reinserção de trabalhadores no Mundo do Trabalho. O referido Programa foi executado pela Secretaria Assistência de Trabalho, Emprego e Renda – SEASTER, via dotação orçamentária prevista no Plano Prurianual - PPA (2016-2019), do Governo do Estado do Pará.

Dentre as ações previstas na meta Fomento a Economia Solidária e ao Empreendedorismo, constavam a realização de feiras regionais de Artesanato, Economia Solidária e Empreendedorismo em sete regiões de integração do estado do Pará, no período de 2016 a 2019. Porém, foram realizadas em apenas duas regiões.

[...] as metas regionalizadas referentes à realização de feiras regionais da economia solidária e empreendedorismo e do artesanato nas regiões de integração Araguaia, Baixo Amazonas, Carajás, Guamá, Marajó, Rio Caeté e Tocantins foram excluídas. Visto que houve reprogramação das atividades na área de realização de eventos em função do cenário econômico que induziu o Estado a priorizar as metas programadas, a fim de garantir as atividades essenciais e de geração trabalho, emprego e renda. A visibilidade da comercialização dos empreendedores locais foi executada na Feira Estadual do Artesanato da Economia Solidária e Empreendedorismo (Fesarte) [...] realizada em Belém, nos anos de 2016 e 2018 (SEPLAD, 2019, p.272).

Na meta sobre Promoção da inserção e a reinserção de trabalhadores no Mundo do Trabalho, as ações previstas no Programa constam de: Elaboração do Plano Estadual de Trabalho, Emprego e Renda; Qualificação de trabalhadores de comunidades tradicionais; Qualificação de jovens da socioeducação para o mercado de trabalho; Qualificação de pessoas deficientes (PCDs) para o mercado de trabalho. As metas regionalizadas previam inicialmente a qualificação de cerca de 4.500 (quatro mil e quinhentas) pessoas, nas regiões de integração Araguaia, Baixo Amazonas, Carajás, Guajará, Lago de Tucuruí, Rio Caeté, Rio Capim, Tapajós e Xingu. Porém,

devido a cortes orçamentários, foram realizadas ações em apenas quatro regiões de integração (Guajará, Guamá, Marajó e Tocantins), sendo as demais excluídas (SEPLAD, 2019).

#### 5.2.1.1 Recursos executados no Programa em relação ao PPA 2016-2019

A partir das análises dos dados publicados e divulgados pela Secretaria de Estado de Planejamento e Administração – SEPLAD, através do Relatório de Avaliação dos Programas, foi possível obter com mais detalhes os Objetivos e Ações do Programa Trabalho, Emprego e Renda no que tange aos valores executados e realização de metas no PPA 2016-2019 do Estado do Pará. A sistematização destes dados mostrou que ao longo do período de execução (2016-2019), considerando possíveis correções e/ou atualizações dos relatórios produzidos, cerca de R\$ 65 milhões de reais foram gastos nos respectivos objetivos e suas ações, com destaque para o Objetivo - Fomento da Economia Solidária e o Empreendedorismo que comprometeu 73,2% (R\$ 48.036 milhões de reais) do montante total no PPA (Tabela 1).

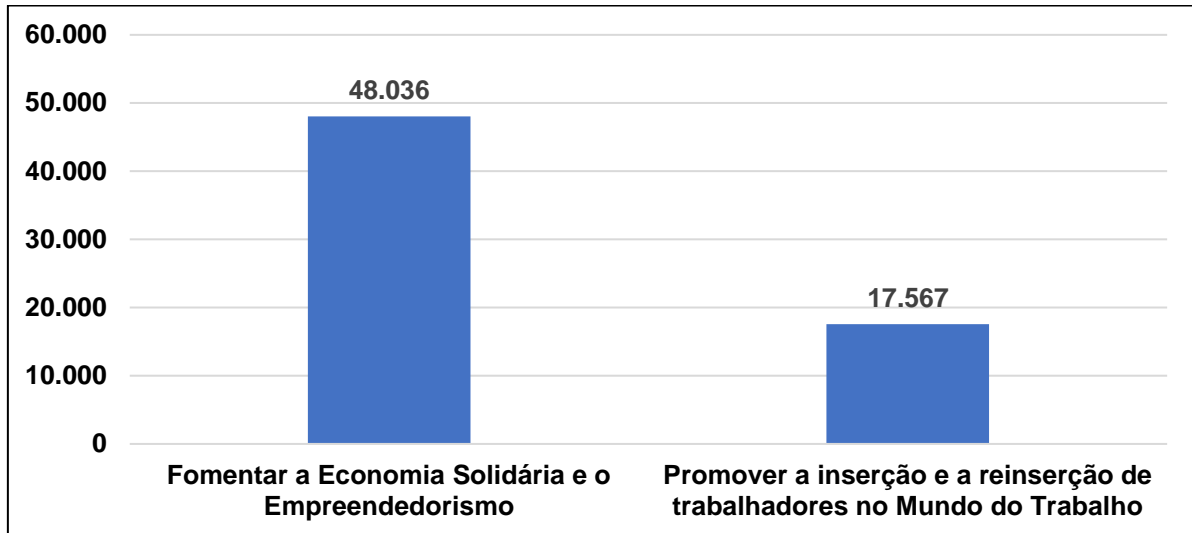
**Tabela 1** – Valore destinados ao Programa Trabalho, Emprego e Renda - PPA (2016-2019).

OBJETIVOS	Total Geral de Valores (2016-2019)	
	Realizado R\$ (em milhões)	Distribuição %
1. Fomentar a Economia Solidária e o Empreendedorismo	48.036	73,2%
2. Promover a inserção e a reinserção de trabalhadores no Mundo do Trabalho	17.567	26,8%
<b>Total Geral</b>	<b>65.603</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Relatórios Anuais dos Programas (SEPLAD/PA, 2016 a 2019).  
Elaborado pelo autor

Considerando os objetivos, ações e produtos definidos no Programa Trabalho, Emprego e Renda, ao longo da execução do PPA do Estado do Pará, no período de 2016-2019, os dados analisados e sistematizados mostram alcance variado entre as metas estabelecidas e os resultados alcançados.

**Gráfico 1** - Demonstrativo dos valores (R\$ em milhões) distribuídos ao Programa Trabalho, Emprego e Renda previstos no PPA (2016-2019).



Fonte: Relatórios Anuais dos Programas (SEPLAD/PA, 2016 a 2019).  
Elaborado pelo autor

Lembrando que apenas a avaliação da relação destes dados não é capaz de dimensionar a proporção da eficiência e eficácia das Políticas Públicas propostas no PPA, entretanto os resultados obtidos servem como principais parâmetros de prestação de contas e acompanhamento social por parte da Gestão Pública.

Das cinco ações listadas no objetivo *Fomentar a Economia Solidária e o Empreendedorismo*, apenas as de *Apoio as Unidades Produtivas* tiveram as metas alcançada totalmente, com 30% de execução maior do que foi estabelecido. Das 56 unidades previstas, 73 foram realizadas.

Em relação as *Ações de Assessoramento Técnico e Monitoramento de Empreendimentos*, bem como a *Ação de Financiamento a Micros e Pequenos Empreendimentos*, foram alcançadas 70% das metas previstas.

Quanto a *Ação de Apoio a Abertura e Fortalecimento de Mercados* realizou apenas de 24% da meta prevista e a *Ação de Provimento de Garantia de Crédito as Operações de Financiamento – Fundo do Aval* não registrou nenhum resultado. O quadro 2 a seguir, detalha as metas e resultados acima citados:

**Tabela 2** – Ações para fomentar a economia solidária e o empreendedorismo

AÇÕES	PRODUTO	META PREVISTA	META REALIZADA	VARIAÇÃO %
01 - Apoio a Abertura e Fortalecimento de Mercados	Empreendimento Atendido	7.599	1.791	24%
02 - Apoio a Unidades Produtivas	Unidade Produtiva Apoiada	56	73	130%

03 - Assessoramento Técnico e Monitoramento de Empreendimentos	Empreendimento Atendido	10.460	7.762	74%
04 - Financiamento a Micros e Pequenos Empreendimentos	Microcrédito Concedido	16.383	11.805	72%
05 - Provimento de Garantia de Crédito as Operações de Financiamento - Fundo de Aval	Crédito Avalizado	48	0	0%

Fonte: Relatórios Anuais dos Programas (SEPLAD/PA, 2016 a 2019).  
Elaborado pelo autor

Na sequência dos resultados registrados, o segundo Objetivo – Promover a Inserção e a Reinserção de Trabalhadores no Mundo do Trabalho, das sete ações listadas, mais da metade (quatro) conseguiram atender as metas estabelecidas, são elas: Implementação da Casa do Trabalhador com realização de 238% da meta estabelecida; Inclusão da Pessoa com Deficiência no Mundo do Trabalho com realização de 191% da meta estabelecida; Ação Operacionalização do Seguro-Desemprego com realização de 158% da meta estabelecida e da Ação Monitoramento do Trabalho, Emprego e Renda com realização de 138% da meta estabelecida. Já das três restantes, cerca de 75% de execução das metas estabelecidas foi o resultado registrado para a Ação Apoio às Instituições de Controle Social da Política de Trabalho, Emprego e Renda e as duas últimas Ações: Intermediação de Mão-de-Obra e Ação Qualificação Social e Profissional, ambas registraram 40% de execução das metas estabelecidas (Tabela 3).

**Tabela 3** – Ações de promoção para inserção e a reinserção de trabalhadores no mundo do trabalho / Metas e resultados alcança

AÇÕES	PRODUTO	META PREVISTA	META REALIZADA	VARIAÇÃO %
01 - Apoio às Instituições de Controle Social da Política de Trabalho, Emprego e Renda	Instituição Apoiada	8	6	75%
02 - Implementação da Casa do Trabalhador	Pessoa Atendida	590.127	1.401.755	238%
03 - Inclusão da Pessoa com Deficiência no Mundo do Trabalho	Pessoa com Deficiência Colocada	1.179	2.257	191%
04 - Intermediação de Mão-de-obra	Trabalhador Colocado	30.607	12.134	40%
05 - Monitoramento do Trabalho, Emprego e Renda	Relatório Gerado	8	11	138%
06 - Operacionalização do Seguro Desemprego	Trabalhador Atendido	312.718	494.781	158%
07 - Qualificação Social e Profissional	Pessoa Qualificada	13.026	5.227	40%

Fonte: Relatórios Anuais dos Programas (SEPLAD/PA, 2016 a 2019).

Elaborado pelo autor

É importante destacar também que dos valores executados e distribuídos entre os dois objetivos do *Programa, Trabalho, Emprego e Renda*, no período de 2016-2019, previstos no PPA do Estado do Pará, cerca de R\$ 65 milhões de reais foram gastos na execução dos Objetivos e na implementação das ações propostas naquela oportunidade. Como observado nas análises anteriores, os valores não foram gastos de maneira uniforme, ou seja, dependeram da orientação e condução das ações e produtos de cada objetivo.

Entretanto, foi possível identificar a priorização dos gastos (acima de 50%) em apenas uma ação em cada um dos objetivos do Programa Trabalho, Emprego e Renda. Em relação ao Objetivo – Promover a Inserção e a Reinserção de Trabalhadores no Mundo do Trabalho, no período de 2016-2019, foram gastos no PPA do Estado do Pará de acordo com os dados sistematizados, cerca de R\$ 17,5 milhões de reais, deste montante total, cerca de 68% (R\$ 12 milhões de reais) foram gastos na Ação Qualificação Social e Profissional, em seguida cerca de 20,5% (R\$ 3,6 milhões de reais) dos recursos foram gastos na Ação Implementação Casa do Trabalhador, juntas estas duas Ações executaram quase 90% de todo o recurso gasto com o referido Objetivo, as demais Ações foram responsáveis pelo restante dos recursos (cerca de R\$ 1,9 milhão de reais), com detalhes das ações e gastos, conforme consta na tabela 4 e gráfico 2, abaixo destacados.

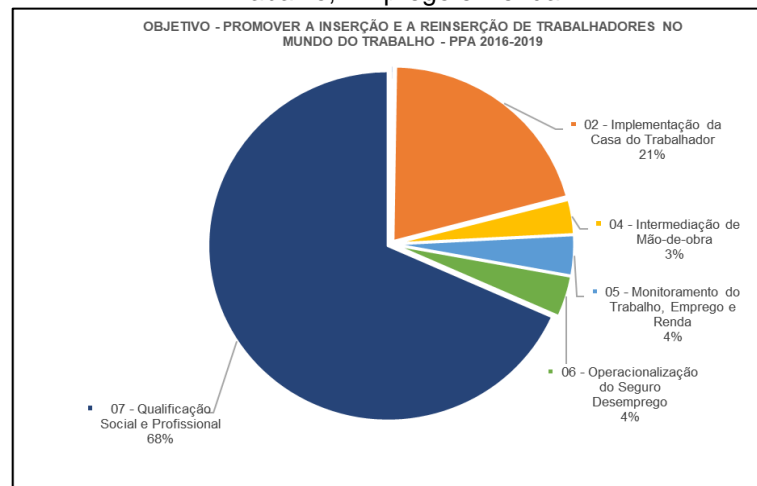
**Tabela 4** - Programa Trabalho, Emprego e Renda - PPA (2016-2019) - Ações de promoção à inserção e reinserção de trabalhadores no mundo do trabalho

<b>AÇÕES</b>	<b>PRODUTO</b>	<b>VALORES REALIZADOS R\$ (em milhões)</b>	<b>DISTRIB. %</b>
01 - Apoio às Instituições de Controle Social da Política de Trabalho, Emprego e Renda	Instituição Apoiada	42	0,2%
02 - Implementação da Casa do Trabalhador	Pessoa Atendida	3.623	20,5%
03 - Inclusão da Pessoa com Deficiência no Mundo do Trabalho	Pessoa com Deficiência Colocada	18	0,1%
04 - Intermediação de Mão-de-obra	Trabalhador Colocado	561	3,2%
05 - Monitoramento do Trabalho, Emprego e Renda	Relatório Gerado	655	3,7%
06 - Operacionalização do Seguro Desemprego	Trabalhador Atendido	664	3,8%
07 - Qualificação Social e Profissional	Pessoa Qualificada	12.004	68,0%
<b>Total</b>		<b>17.657</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Relatórios Anuais dos Programas (SEPLAD/PA, 2016 a 2019).  
Elaborado pelo autor

Os dados analisados no Gráfico 2 demonstram os valores que foram disponibilizados para a inserção e reinserção de trabalhadores no mercado de trabalho no Programa Trabalho, Emprego e Renda - PPA (2016 – 2019).

**Gráfico 2 – Demonstrativo dos valores realizados no Programa Trabalho, Emprego e Renda**



Fonte: Elaborado pelo autor

As análises mostram ainda que em relação ao Objetivo – Fomentar a Economia Solidária e o Empreendedorismo, também no período de 2016-2019, foram gastos no PPA do Estado do Pará, segundo os dados sistematizados, cerca de R\$ 48 milhões de reais, deste montante total, quase 90% (R\$ 42,8 milhões de reais) foram gastos concentrados na Ação Financiamento a Micros e Pequenos Empreendimentos, já as demais Ações executaram o restante dos recursos (cerca de R\$ 5,2 milhões de reais), com detalhes das ações e gastos no quadro 5 e gráfico 3.

**Tabela 5 - Programa Trabalho, Emprego e Renda - PPA (2016-2019) - Ações para fomentar a economia solidária e o empreendedorismo**

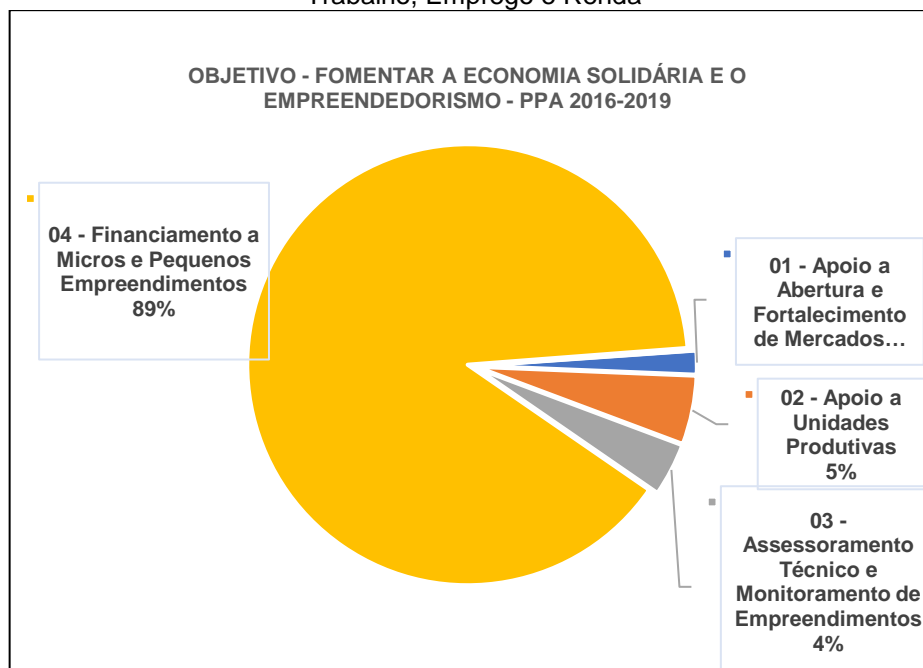
AÇÕES	PRODUTO	VALORES REALIZADOS R\$ (em milhões)	DISTRIB. %
01 - Apoio a Abertura e Fortalecimento de Mercados	Empreendimento Atendido	844	1,8%
02 - Apoio a Unidades Produtivas	Unidade Produtiva Apoiada	2.428	5,1%
03 - Assessoramento Técnico e Monitoramento de Empreendimentos	Empreendimento Atendido	1.875	3,9%
04 - Financiamento a Micros e Pequenos Empreendimentos	Microcrédito Concedido	42.841	89,2%
05 - Provimento de Garantia de Crédito as Operações de Financiamento - Fundo de Aval	Crédito Avalizado	48	0,1%

<b>Total</b>	<b>48.036</b>	<b>100,0%</b>
--------------	---------------	---------------

Fonte: Relatórios Anuais dos Programas (SEPLAD/PA, 2016 a 2019).  
Elaborado pelo autor

Na prática, ainda segundo os dados sistematizados, do montante total de cerca de R\$ 48 milhões de reais, quase 90% (R\$ 42,8 milhões de reais) foram gastos concentrados na ação de Financiamento a Micros e Pequenos Empreendimentos (Gráfico 3).

**Gráfico 3** - Demonstrativo dos valores realizados no Programa Trabalho, Emprego e Renda



Fonte: Elaborado pelo autor

O Plano Plurianual do Estado do Pará, no período de 2016 a 2019, contemplou 22 Programas, entre eles, o Programa Trabalho, Emprego e Renda. A Secretaria Assistência de Trabalho, Emprego e Renda – SEASTER, órgão executor e em linha com suas atribuições e estrutura, executou o Programa balizado em dois objetivos e dezessete ações.

Nas análises iniciais foi possível identificar também que a destinação dos recursos do PPA na promoção da Política de Trabalho, Emprego e Renda no Pará ficou bem distante, dos valores repassados para outras áreas. É bem verdade que nas Políticas de Saúde, Educação, Segurança e Assistência, as mesmas possuem estruturas e garantias orçamentárias com mais lastro, amplitude e acompanhamento social, diferentemente da Política de Trabalho, Emprego e Renda, que ao longo dos últimos anos vem sofrendo uma desidratação profunda e contínua dos seus

programas, ações e até mesmo de estrutura. Aos longos dos anos, e considerando ainda as Reformas ocorridas nas estruturas administrativas de gestão (federal, estadual e municipal), certamente influenciam e causam fortes impactos no avanço e promoção da Política de Trabalho, Emprego e Renda.

### **5.2.2 Identificação dos objetivos e ações do Programa da SEASTER no PPA 2016-2019.**

O Planejamento Estadual, assim como as diretrizes nacionais são fundamentais para execução e operacionalização das Políticas Públicas. Ao longo dos últimos anos, o Planejamento pensado para o Estado do Pará segue um instrumental Regionalizado, com recorte também para os seus 144 municípios. Os dados mais recentes do CENSO/IBGE de 2022 apontam para uma população paraense na ordem de 8,1 milhões de habitantes na espera da eficiência e eficácia da promoção das políticas buscada inicialmente através do Planejamento Plurianual PPA.

Dividir os recursos públicos é extremamente desafiador e complexo, mesmo se respeitado as diversidades e especificidades locais, crescer de maneira sustentável e permanente, depende não só do bom planejamento, mas, sobretudo da boa aplicação e fiscalização dos recursos públicos. Neste sentido, ao tomarmos como base de análise parte dos dados publicados e divulgados no PPA (2016-2019) do Estado do Pará, no que tange aos Programas executados com a destinação dos recursos, podemos visualizar com mais detalhes os desdobramentos do que foi pensado e conceituado no âmbito das políticas públicas (saúde, educação, segurança, assistência, etc.) e seu efetivo emprego, em especial financeiro, através das suas estruturas governamentais (secretarias, órgãos e instituições).

Segundo relatórios oficiais disponibilizados pelo Governo do Estado, através da Secretaria Estadual de Planejamento e Administração, o Plano Plurianual do Estado do Pará, referente ao período de 2016 a 2019, além de ser distribuído por 12 Regiões de Integração e seus 144 municípios, também foi distribuído em 22 Programas, por sua vez alinhados aos objetivos e ações dos Poderes Executivo, Legislativos e Judiciário, em consonância com a Política de Fomento à Economia Popular Solidária do Estado do Pará e ao Plano Estadual de Qualificação Social e Profissional–PQSP/PA. A seguir os respectivos Programas (Quadro 1).

#### **Quadro 2- Programas no PPA do Estado do Pará (2016-019)**



PROGRAMAS	
Agricultura Familiar	Habitação de Interesse Social
Agropecuária e Pesca	Indústria, Comércio e Serviços
Cidadania e Direitos Humanos	Infraestrutura e Logística
Ciência, Tecnologia e Inovação	Manutenção da Gestão
Cultura	Meio Ambiente e Ordenamento Territorial
Direitos Socioassistenciais	Mobilidade e Desenvolvimento Urbano
Educação Básica	Saneamento Básico
Educação Profissional e Tecnológica	Saúde
Educação Superior	Segurança Pública
Esporte e Lazer	Trabalho, Emprego e Renda
Governança para Resultados	Turismo

Fonte: Elaborado pelo autor

A execução dos Programas previstos no PPA depende, para além das fases de construção, escuta e elaboração de ações e metas, também da previsibilidade e distribuição de recursos financeiros. Em geral, sintonizado com Lei de Diretrizes e Orçamentarias - LDO e a Lei Orçamentaria Anual -LDA, a execução dos Programas do PPA passa por revisões e flexibilizações no sentido de adequar-se à realidade financeira do momento. Os dados consolidados do PPA do Estado do Pará, no período de 2016-2019, apontaram valores previstos na ordem de quase R\$ 118 bilhões de reais, entretanto os valores que foram efetivamente destinados e liquidados alcançaram o montante um pouco superior a R\$ 75 bilhões de reais. Portanto, cerca de 64% dos valores previstos para atendimento dos 22 Programas do PPA (2016-2019) no Pará foram efetivamente gastos, com detalhamento da distribuição dos Programas e respectivos valores previstos para sua execução (Tabela 6).

**Tabela 6 - Programas e valores previstos no PPA do Estado do Pará (2016-2019)**

PROGRAMAS	TOTAL GERAL DE VALORES (2016-2019)	
	PREVISTO R\$ (em bilhões)	LIQUIDADOS R\$ (em bilhões)
Agricultura Familiar	57.452.559	64.238.271
Agropecuária e Pesca	86.760.127	73.978.017
Cidadania e Direitos Humanos	179.689.031	165.928.863
Ciência, Tecnologia e Inovação	191.912.587	95.485.027
Cultura	206.740.945	254.192.470
Direitos Socioassistenciais	279.656.856	302.756.827
Educação Básica	11.820.620.296	10.082.508.718
Educação Profissional e Tecnológica	59.383.036	43.262.255
Educação Superior	247.169.511	205.078.317
Esporte e Lazer	119.396.800	155.051.357

Governança para Resultados	4.561.077.362	4.374.966.708
Habitação de Interesse Social	938.066.874	159.740.782
Indústria, Comércio e Serviços	459.835.880	54.753.827
Infraestrutura e Logística	1.670.240.086	1.755.932.741
Manutenção da Gestão	86.969.647.069	47.405.268.410
Meio Ambiente e Ordenamento Territorial	169.269.273	128.808.369
Mobilidade e Desenvolvimento Urbano	983.706.043	1.058.394.740
Saneamento Básico	1.098.226.183	157.578.147
Saúde	5.754.198.038	6.353.835.656
Segurança Pública	1.813.644.587	2.078.652.742
Trabalho, Emprego e Renda	55.300.824	63.469.425
Turismo	119.649.201	91.206.564
		<b>75.125.088.234</b>
<b>Total Geral</b>	<b>117.841.643.168</b>	

Fonte: Elaborado pelo autor

Como pode ser observado no quadro anterior, a distribuição dos recursos entre os Programas definidos no PPA no Estado do Pará, no período de 2016-2019, não foi uniforme. Mesmo que possam ocorrer flexibilizações por conta dos fluxos financeiros em cada ano, a destinação e aplicação de recursos nos Programas se personaliza com os projetos pensados pela gestão que atua naquele momento, bem como, entre outras questões, também se define pela sua capacidade capilar, estrutural e funcional de execução. Portanto, ainda que haja o aporte de mais recursos para as políticas públicas (saúde, educação, segurança, assistência, etc.), tudo isso não se fará suficiente para a execução plena dos programas definidos em um PPA. É preciso ainda atentar que os conceitos e modelos de políticas públicas escolhidos pela gestão interferem de maneira positiva ou negativa neste processo.

Ainda com base nas observações e considerações feitas até aqui, em relação a internalização e distribuição dos recursos nos Programas do PPA 2016-2019, vale destacar o Programa Trabalho, Emprego e Renda como objeto de análises mais detalhadas no âmbito da promoção da Política de Empreendedorismo e Economia Solidária por parte da Secretaria de Estado de Assistência, Trabalho, Emprego e Renda – SEASTER no Pará.

No entanto, para além dos valores designados, busca-se identificar os desdobramentos e reflexos da Política paraense de Empreendedorismo e Economia Solidária, executada pela Secretaria de Estado de Assistência, Trabalho, Emprego e Renda – SEASTER.

Em relação ao Programa Trabalho, Emprego e Renda, assim como já foi dito anteriormente, a distribuição dos recursos do PPA 2016-2019 no Estado do Pará não foi uniforme, e de forma direta o referido Programa, acessou no período analisado cerca de R\$ 63 milhões de reais, quase 15% a mais do que estava previsto. Segundo os dados disponibilizados, o montante inicial era cerca de R\$ 55 milhões de reais (Tabela 7).

**Tabela 7 - Programa Trabalho, Emprego e Renda - PPA (2016-2019).**

PROGRAMA - TOTAL GERAL DE VALORES (2016-2019)	VALORES		VARIÇÃO	
	PREVISTO R\$ (em milhões)	LIQUIDADOS R\$ (em milhões)	Absoluta R\$ (em milhões)	Em %
Valor	55.300.824	63.469.425	8.168.601	14,8%

Fonte: Elaborado pelo autor

Ainda de acordo com os dados disponibilizados, mesmo com acréscimo ocorrido na ordem de quase 15% no aporte dos valores liquidados e utilizados pelo Programa Trabalho, Emprego e Renda, na observação ampliada deste Programa em relação aos demais 21 restantes do PPA 2016-2019, fica evidenciado que a representatividade (ao menos no âmbito financeiro) foi discreta. A seguir a relação percentual e distribuição dos Valores Liquidados dos 22 Programas do PPA 2016-2019 no Estado do Pará (Tabela 8).

**Tabela 8 – Distribuição dos valores por Programas - PPA (2016-2019)**

PROGRAMAS DO PPA PARÁ (2016-2019)	VALORES LIQUIDADOS R\$ (em bilhões)	Distribuição %
Agricultura Familiar	64.238.271	0,1%
Agropecuária e Pesca	73.978.017	0,1%
Cidadania e Direitos Humanos	165.928.863	0,2%
Ciência, Tecnologia e Inovação	95.485.027	0,1%
Cultura	254.192.470	0,3%
Direitos Socioassistenciais	302.756.827	0,4%
Educação Básica	10.082.508.718	13,4%
Educação Profissional e Tecnológica	43.262.255	0,1%
Educação Superior	205.078.317	0,3%
Esporte e Lazer	155.051.357	0,2%
Governança para Resultados	4.374.966.708	5,8%
Habitação de Interesse Social	159.740.782	0,2%
Indústria, Comércio e Serviços	54.753.827	0,1%

Infraestrutura e Logística	1.755.932.741	2,3%
Manutenção da Gestão	47.405.268.410	63,1%
Meio Ambiente e Ordenamento Territorial	128.808.369	0,2%
Mobilidade e Desenvolvimento Urbano	1.058.394.740	1,4%
Saneamento Básico	157.578.147	0,2%
Saúde	6.353.835.656	8,5%
Segurança Pública	2.078.652.742	2,8%
Trabalho, Emprego e Renda	63.469.425	0,1%
Turismo	91.206.564	0,1%
<b>Total Geral</b>	<b>75.125.088.234</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Elaborado pelo autor

O Programa Trabalho, Emprego e Renda, assim como os demais pertencentes ao PPA 2016-2019 do Estado do Pará, foi composto por objetivos e ações. Sob responsabilidade da Secretária de Estado Assistência Social, Trabalho, Emprego – SEASTER, coube execução de dois objetivos: o primeiro de Fomentar a Economia Solidária e o Empreendedorismo, e o segundo de Promover a inserção e a reinserção de trabalhadores no Mundo do Trabalho. Abaixo quadro demonstrativo dos Objetivos e respectivas Ações do Programa, Trabalho, Emprego e Renda da SEASTER (Quadro 2).

**Quadro 2** - Objetivos e respectivas ações do Programa, Trabalho, Emprego e Renda da SEASTER.

<b>OBJETIVOS</b>	<b>AÇÕES</b>
<b>01 - Fomentar a Economia Solidária e ao Empreendedorismo</b>	01- Apoio a Abertura e Fortalecimento de Mercados
	02- Apoio a Unidades Produtivas
	03 -Assessoramento Técnico e Monitoramento de Empreendimentos
	04 -Financiamento a Micros e Pequenos Empreendimentos
	05 -Provimento de Garantia de Crédito as Operações de Financiamento - Fundo de Aval
<b>02 - Promover a inserção e a reinserção de trabalhadores no Mundo do Trabalho</b>	01 - Apoio às Instituições de Controle Social da Política de Trabalho, Emprego e Renda
	02 - Implementação da Casa do Trabalhador
	03 - Inclusão da Pessoa com Deficiência no Mundo do Trabalho
	04 - Intermediação de Mão-de-obra
	05 - Monitoramento do Trabalho, Emprego e Renda
	06 - Operacionalização do Seguro Desemprego
	07 - Qualificação Social e Profissional

Fonte: Elaborado pelo autor

Como pode ser visto, o Programa Trabalho, Emprego e Renda da SEASTER, no PPA 2016-2019 do Estado do Pará, contou com 02 objetivos e 13 ações, sendo as de maior número (07) para a *Promoção, inserção e reinserção de trabalhadores no mundo do trabalho* e, de menor número (05) para o *Fomento ao Empreendedorismo e a Economia Solidária*. As ações dispostas desta forma pela Secretaria parecem

atender as principais políticas públicas de trabalho, emprego e renda praticadas no âmbito nacional.

A sistematização dos dados publicados e divulgados pela Secretaria de Estado de Planejamento e Administração – SEPLAD, através do Relatório de Avaliação dos Programas do PPA 2016-2019 no Estado do Pará, permite detalhar também resultados e metas do produto pretendido em cada uma dessas ações. No quadro 3, consta o detalhamento das ações e produtos relacionados ao objetivo: Fomento a Economia Solidária e o Empreendedorismo, definidos e executados pela SEASTER.

**Quadro 3 - Fomento a Economia Solidária e ao Empreendedorismo - ações e produtos**

<b>Ações e Produtos definidos e executados pela SEASTER – PPA (2016 – 2019)</b>	
<b>AÇÕES</b>	<b>PRODUTO</b>
01 - Apoio a Abertura e Fortalecimento de Mercados	Empreendimento Atendido
02 - Apoio a Unidades Produtivas	Unidade Produtiva Apoiada
03 - Assessoramento Técnico e Monitoramento de Empreendimentos	Empreendimento Atendido
04 - Financiamento a Micros e Pequenos Empreendimentos	Microcrédito Concedido
05 - Provimento de Garantia de Crédito as Operações de Financiamento - Fundo de Aval	Crédito Avalizado

Fonte: Elaborado pelo autor

Ainda de acordo os dados publicados e divulgados pela SEPLAD, através do Relatório de Avaliação dos Programas do PPA 2016-2019, no Estado do Pará, para o Objetivo - Promover a inserção e a reinserção de trabalhadores no Mundo do Trabalho, as ações e produtos definidos e executados pela SEASTER, constam no quadro 4.

**Quadro 4 - Promover a inserção e a reinserção de trabalhadores no mundo do trabalho**

<b>Ações e Produtos definidos e executados pela SEASTER – PPA (2016 – 2019)</b>	
<b>AÇÕES</b>	<b>PRODUTO</b>
01 - Apoio às Instituições de Controle Social da Política de Trabalho, Emprego e Renda	Instituição Apoiada
02 - Implementação da Casa do Trabalhador	Pessoa Atendida
03 - Inclusão da Pessoa com Deficiência no Mundo do Trabalho	Pessoa com Deficiência Colocada
04 - Intermediação de Mão-de-obra	Trabalhador Colocado
05 - Monitoramento do Trabalho, Emprego e Renda	Relatório Gerado
06 - Operacionalização do Seguro Desemprego	Trabalhador Atendido
07 - Qualificação Social e Profissional	Pessoa Qualificada

Fonte: Elaborado pelo autor

Cabe enfatizar que apenas os dados aqui observados, não são suficientes para dimensionar a eficiência e eficácia da promoção das políticas públicas no Pará e, do

mesmo modo em todo o Brasil. Entretanto, as análises refletem aspectos importantes na observação da prática, estratégia e dos modelos de gestão escolhidos.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante desse contexto, pode-se afirmar que a economia solidária se apresenta enquanto forma de desenvolvimento socioeconômico interdependente, que visa a construção de um mundo mais solidário, ético e sustentável, oposto às dinâmicas competitivas capitalistas. Além do mais, esse modelo econômico é interligado diretamente ao desenvolvimento sustentável, na medida em que traz a ideia de uma harmonia entre a natureza e o homem, buscando a preservação da cultura e do meio ambiente por meio da cooperação (Reis et al, 2015).

Considerando que o termo economia solidário abrange uma enorme diversidade de situações e fenômenos, com efeito, a economia informal manifesta-se de várias formas nas diferentes economias e dentro de cada uma. Os processos de formalização e as medidas destinadas a facilitar a transição para a formalidade precisam ser adaptados às circunstâncias específicas enfrentadas por unidades econômicas ou trabalhadores de vários países e categorias.

No tocante ao objeto de estudo em análise, dos 22 programas de governo estabelecidos pelo Governo do Estado do Pará, o Programa Trabalho, Emprego e Renda e seus objetivos buscou garantir meios para a execução do Plano de Qualificação Social e Profissional da SEASTER, inclusive com destaque para a realização das ações de economia solidária propostas pela Secretaria. Porém, considerando ser esse programa o principal instrumento de articulação e execução de política pública de trabalho, emprego e renda no Estado do Pará, o percentual de orçamento disponibilizado para esse fim, previsto no PPA 2016-2019 foi muito pequeno para garantir a plena execução do PQSP e, de forma especial, para ações voltadas à economia solidária, ou seja, cerca R\$ 65 milhões de reais, equivalendo a uma participação mínima de apenas 0,1% dos mais de R\$ 75 bilhões de reais destinados ao PPA/2016/2019.

Se percebe com isso que mesmo o tema trabalho emprego e renda se apresentando de forma transversal e grande indutor de crescimento econômico e mobilidade social, dentre todas as demais políticas, foi o que menos recebeu recursos, sendo evidenciado nos números apresentados nos orçamentos do estado do Pará.

Os dados analisados também demonstram que, mesmo com aporte menor de recursos no âmbito do PPA 2016/2019, as ações de economia solidária no âmbito do PQSP, tiveram mais de 70,0% de todos os recursos previstos para o Programa, Trabalho, Emprego e Renda. Entretanto, também não houve destinação e fomentos uniforme às ações previstas dentro do objetivo que trata da economia solidária. Ali se registrou que cerca de 89,0% de todo o recurso gasto foi destinado ao microcrédito, comprometendo dessa forma o fomento as demais ações de assessoramento, monitoramento e formação para com o objetivo.

Consideramos que a Política de Trabalho, Emprego e Renda desempenha um papel crucial no desenvolvimento socioeconômico do Pará, assim como em qualquer outra região. Porém, a importância dessa política no contexto paraense de desenvolvimento regional, está associado a redução do desemprego, a diminuição da pobreza e promoção de inclusão social, ao estímulo à economia local e a qualificação profissional, além da atratividade para investimentos alinhados a sustentabilidade ambiental, especialmente em um estado como o Pará, que abriga parte significativa da Amazônia. Incentivar empregos e atividades econômicas que respeitem e promovam a preservação ambiental é vital para o equilíbrio ecológico.

Por outro lado, se distancia deste modelo de desenvolvimento na medida que se observa os orçamentos público, entre 2016/2019, na qual a gestão pública em comparativo com outras políticas fica visível que a estratégia de economia solidária no estado do Pará, no âmbito da gestão pública foi pensada seguindo os traços nacionais e os conceitos construídos, pensou-se e construí estruturas para promover suporte para que essa estratégia funcionar. Porém, a política foi diminuída e atualmente no orçamento público, com base nos números estudados, percebe-se que essa política não é alvo de grandes investimentos.

Por fim, consideramos que um Plano de Qualificação Social e Profissional quando implementado, bem fomentado e especialmente articulado com as demais importantes políticas, certamente podem contribuir para a implementação de uma política de trabalho, emprego e renda eficiente no Pará, assim como fundamental para impulsionar o desenvolvimento social e econômico, promovendo a inclusão, reduzindo desigualdades e contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e próspera.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SENADO. **Economia Solidária deve ser incluída entre princípios da Constituição, decide CCJ**. Senado Notícias, 12 de Jan. de 2020. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/02/12/ccj-aprova-inclusao-da-economia-solidaria-entre-principios-da-constituicao>>. Acesso em: maio de 2020.

ANDRADE, Lucas Bressan de. **Heterogeneidade Estrutural e Crescimento: contrapontos de Aníbal Pinto, Celso Furtado e Francisco de Oliveira**. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Economia / Monografia de Bacharelado. 2015. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/1032/1/LBAndrade.pdf> acesso em 04 set. 2021.

ARROYO, João C. T. & SCHUCH, Flávio C. **Economia popular e solidária: a alavanca para um desenvolvimento sustentável e solidário**. São Paulo: Perseu Abramo, 2006

ARROYO, João C. Tupinambá. (Org.). **Solidariedade e sucesso a experiência do Banco do Povo de Belém**. Belém: Prefeitura Municipal de Belém, 2002.

BARQUERO, Antônio Vásquez. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.

BARONE, Francisco Marcelo, LIMA, Paulo Fernando, DANTAS, Valdi e REZENDE, Valéria. **Introdução ao Microcrédito. Brasília: Conselho da Comunidade Solidária**. 2002. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/htms/public/microcredito/microcredito.pdf>. Acesso em 30 de outubro de 2024.

BECKER, Bertha. **Novas territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas**. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 5, n. 1, p. 17-23, jan.-abr. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v5n1/a03v5n1.pdf> acesso em: 16 abr. 2021.

BENINI, Elcio Gustavo; NETO, Leonardo Francisco Figueiredo. **Desemprego e Economia Solidária: Repensando a Autogestão**. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS. SEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. 2008. Disponível em: [https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos07/1412\\_Economia\\_Solidaria\\_Seget.pdf](https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos07/1412_Economia_Solidaria_Seget.pdf) acesso em: 10 abr. 2021.

BENINI, Edi Augusto. **Economia Solidária, Estado e Sociedade Civil: um novo tipo de política pública ou uma agenda de políticas públicas?** *In*: Revista Organizações e Democracia, nº 4, p. 3-22. Marília. 2003. Disponível em:



<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/orgdemo/article/view/427> Acesso: 10 abr. 2021.

BERTUCCI, Jonas de Oliveira. **A política de economia solidária e as diretrizes da conaes: uma contribuição crítica.** 2010. Disponível em <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4013>. Acesso em 20 de outubro de 2024.

BRASIL, Walena. **Mulheres, desenvolvimento local e sucesso. As feirantes em Belém (PA) e as políticas públicas de geração de renda.** 2007. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007

BRASIL. **Agendas de Desenvolvimento Territorial (ADT):** PPA's Territoriais Participativos. Brasília, fevereiro de 2014. Disponível em: [https://www.gov.br/economia/pt-br/arquivos/planejamento/arquivos-e-imagens/secretarias/arquivo/spi-1/publicacoes/eventos-e-seminarios/140321\\_agenda\\_desenv.pdf](https://www.gov.br/economia/pt-br/arquivos/planejamento/arquivos-e-imagens/secretarias/arquivo/spi-1/publicacoes/eventos-e-seminarios/140321_agenda_desenv.pdf) acesso em: 02 mai. 2023.

\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria de Políticas Públicas de Emprego. **Plano Nacional de Qualificação – PNQ:** 2003-2007. Brasília, 2003. Disponível em: <https://gestrado.net.br/verbetes/plano-nacional-de-qualificacao-pnq/> Acesso: 04/07/2023.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Trabalho, Ministério da Economia. **Economia Solidária tem mais de 20 mil empreendimentos cadastrados no Brasil.** Governo Federal, 2018. Disponível em: <<http://trabalho.gov.br/noticias/5644-economia-solidaria-tem-mais-de-20-m...>> Acesso em: maio de 2020.

BUZZATTI, Alan Patrick. **A Economia Popular Solidária frente as transformações contemporâneas no mundo do trabalho.** Santa Maria, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/9748/Alan%20Patrik%20Buzzatti.pdf> acesso em: 10 abr. 2021.

CARDOSO, Ana Claudia (Org.). **O Rural e o Urbano na Amazônia:** diferentes olhares em perspectivas. Belém: EDUFPA, 2006. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetroles.net.br/o-rural-e-o-urbano/> Acesso em: 30 mar. 2021.

CORAGGIO, José Luís. Da economia dos setores populares à economia do trabalho. In: KRAYCHETE, G. et al. (Org.). **Economia dos setores populares:** entre a realidade e a utopia. Petrópolis: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. **La Economía Social como via para outro desarrollo social.** Documento preparado para o lançamento do debate sobre “Diferentes Propostas da Economia Social”, 2012. Disponível em: [www.urbared.unqs.edu.ar](http://www.urbared.unqs.edu.ar) Acesso em 16 mar. 2023.

CASTRO, Edna Maria Ramos de (Org.). **Territórios em transformação na Amazônia:** Saberes, rupturas e resistências. – Belém: NAEA, 2017. 408 p. Disponível

em:

[https://www.naea.ufpa.br/images/Livros/Territrios\\_em\\_transformao\\_na\\_Amaznia.pdf](https://www.naea.ufpa.br/images/Livros/Territrios_em_transformao_na_Amaznia.pdf)

Acesso em: 30 mar. 2021.

CARNEIRO, Ercila Ribeiro. **Microcrédito como ferramenta de combate à pobreza e incentivo à inclusão social: o caso do fundo ver-o-sol de Belém do Pará**. 2010. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/7716589b-d1e4-42ff-b6da-c373929396d8/content>. Acesso em 30 de outubro de 2024.

DANTAS, Diogo Willavian Maciel. **O impacto do microcrédito na expansão de pequenos empreendimentos: análise do Programa Amazônia Florescer, na cidade de Ananindeua**. 2012. Disponível em: <https://peritocontador.com.br/wp-content/uploads/2015/03/Diogo-Willavian-M.-Dantas-O-Impacto-do-Micro-Cr%C3%A9dito-na-Expans%C3%A3o-de-Pequenos-Empreendimentos-An%C3%A1lise-do-Programa-Amaz%C3%B4nia-Florescer.pdf>. Acesso em 30 de outubro de 2024.

DIEESE. **Referencial Brasileiro para análise de Empreendimentos de Economia Solidária (EES)**. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - São Paulo: DIEESE, 2014. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/metodologia/2014/referencialAnaliseEES.pdf> Acesso em: 11 jan. 2024

DINIZ, Bruna C.; BRITO, Geórgia N.; CAMILO, Nicole A.; CHIMATO, Tácioto Y. D.; RUFINO, Sandra Rufino. **Economia Solidária: Desafios, Perspectivas e Dificuldades Dentro e Fora da Universidade**. 2012. Disponível em: <https://anais.eneds.org.br/index.php/eneds/article/view/242/226>. Acesso em: 30 de novembro de 2024.

FERNANDES, Danilo Araújo. **A Questão Regional e a Formação Do Discurso Desenvolvimentista na Amazônia**. Tese (Doutorado) Universidade Federal do Pará Núcleo de Altos Estudos Amazônicos Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Belém, 2011. Disponível em: [http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/2993/1/Tese\\_QuestaoRegionalFormacao.pdf](http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/2993/1/Tese_QuestaoRegionalFormacao.pdf) acesso 21 abr. 2022

FERNANDES, Antonio Sérgio Araújo. **Fundo Municipal de Geração de Emprego e Renda Ver-o-Sol**. 20 Experiências de Gestão Pública e Cidadania. São Paulo, 2002.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean-Louis. **Economia solidária: uma abordagem internacional**. Coleção Sociedade e Solidariedade. - Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. Disponível em: <https://www.jeanlouislaville.fr/wp-content/uploads/2020/06/Economia-solidaria.pdf> Acesso em: 10 dez. 2023

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. A problemática da economia solidária: uma perspectiva internacional. In: **Dádiva e Solidariedades Urbanas**. Revista Sociedade e Estado/Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília – Brasília: DF, vol. XVI, n. 1-2, janeiro-dezembro, 2001. Disponível em:

<https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/issue/view/2494> Acesso em: 10 dez. 2023.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho et al (Orgs.). **Ação Pública e economia solidária: uma perspectiva internacional**. Porto Alegre: Ed da UFRGS, 2006. P 201-206

FRANÇA, Elvira Eliza. **Economia Solidária: uma ação cooperativa de inclusão social**. *Amazônia Real*. 18 jul 2019. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/economia-solidaria-uma-acao-cooperativa-de-inclusao-social>. Acesso em: 07 mai 2022.

FRAGA, Diego Araújo Peixoto; OLIVEIRA, Bruno Marques de. **ECONOMIA SOLIDÁRIA, DESENVOLVIMENTO E PARTICIPAÇÃO**. In: CONGRESSO DE PESQUISADORES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 1, 2015, São Carlos. Anais... São Carlos: Diagrama Editorial, 2015. Disponível em <<http://conpes.ufscar.br/anais>>. Acesso em: 01 de julho de 2024.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. Tradução: Lígia Filgueiras. 1. Ed. – Rio de Janeiro: Intrínseca, 2023. Disponível em: <https://intrinseca.com.br/wp-content/uploads/2023/05/CapitalismoELiberdade.pdf> Acesso em: 10 dez. 2023.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto/Cicef, 2009.

\_\_\_\_\_. **Formação econômica do Brasil**: edição comemorativa - 50 anos. São Paulo: Organização de Rosa Freire d'Aguiar. Companhia das Letras, 2009.

\_\_\_\_\_. **Aventuras de um economista brasileiro**. In: D'AGUIAR, Rosa Freire (org.). *Essencial Celso Furtado*. Organização, apresentação e notas de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Penguin Classics; Companhia das Letras, 2013. p. 35-52.

GAIGER, Luiz Inácio G. **A economia solidária no Brasil**: uma análise dos dados nacionais. Grupo Ecosol. - São Leopoldo: Oikos, 2014. Disponível em: [https://www.socioeco.org/bdf\\_fiche-publication-1154\\_pt.html](https://www.socioeco.org/bdf_fiche-publication-1154_pt.html)

GAIGER, Luiz Inácio Germany; KUYVEN, Patrícia Sorgatto. **ECONOMIA SOLIDÁRIA E TRAJETÓRIAS DE TRABALHO Uma visão retrospectiva a partir de dados nacionais**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* - vol. 35 nº 103, Rio Grande do Sul. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/3510304/2020>>. Acesso em 01 de julho de 2024.

GIBSON, Katherine; GRAHAM, Julie. **Economias diversas: práticas performativas para “outros mundos”**. *Progress in Human Geography*, Chicago, v. 32, n. 5, pág. 613-632. 2008.

GÜENDEL, Ludwing. **"Políticas públicas e direitos humanos"**, *Journal of Social Sciences*, vol. III, nº 97, San José, Costa Rica, pp. 105-125. 2003.

GUERRA, Ana Carolina. **Os Valores da Economia Solidária e os Valores do Trabalho**: Um Estudo em Empreendimentos Econômicos Solidários. Universidade Federal De Minas Gerais Faculdade De Ciências Econômicas Departamento De Ciências Administrativas Centro De Pós-Graduação e Pesquisas Em Administração.

Belo Horizonte – MG, 2014. Disponível em: [https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-9VEHY5/1/tese\\_ana\\_carolina\\_guerra.pdf](https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-9VEHY5/1/tese_ana_carolina_guerra.pdf) acesso em 10 maio. 2021.

INCOP. **Economia Solidária no Brasil: contexto histórico, avanços e obstáculos.** 2020. Disponível em: <https://incop.ufop.br/news/economia-solid%C3%A1ria-no-brasil-contexto-hist%C3%B3rico-avan%C3%A7os-e-obst%C3%A1culos>. Acesso em 29 de outubro de 2024.

JORGE, Tiago Antônio da Silva. Plano Nacional de Qualificação - PNQ. *In*: OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Adriana Maria Cancellia; VIEIRA, Lívia Maria Fraga. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente.** Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM. Disponível em: <https://gestrado.net.br/verbetes/plano-nacional-de-qualificacao-pnq/> Acesso: 04/07/2023.

KUYVEN, Patrícia Sorgatto; GAIGER, Luiz Inácio; SILVA, Sandro Pereira. Aspectos sociolaborais dos trabalhadores aderentes a empreendimentos de economia solidária no Brasil. *In*: SILVA, S. P. (Org.). **Dinâmicas da economia solidária no Brasil: organizações econômicas, representações sociais e políticas públicas.** Brasília: Ipea, 2020.

LEONELLO, João Carlos. **O associativismo como alternativa de Desenvolvimento local e sustentabilidade social.** Disponível em: <https://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/ServicoSocial/leonello.pdf> Acesso em: 02 de julho de 2024.

MITSCHEIN, Thomas Adalbert; IMBIRIBA, Breno Cesar de Oliveira; CHAVES, Jadson; MIRANDA Pedro Saviniano. Mineração e (in)segurança socioambiental na Amazônia Brasileira – O caso do Estado do Pará *In*: **Reflexões Amazônica (II). O mundo globalizado a partir da maior floresta tropical do planeta.** Thomas A. Mitschein; Sérgio Nunes, Nazaré Imbiriba, Breno C. de O. Imbiriba, Jadson Chaves (Orgs.). - Belém: Trópico em Movimento, 2020. Disponível em: <https://tropicomovimento.com.br/wp-content/uploads/2021/01/Reflex%C3%B5es-Amaz%C3%B4nicas-II-Tr%C3%B3pico-em-Movimento-Vers%C3%A3o-On-Line.pdf> Acesso em: 12 maio 2021.

PARÁ. Secretaria de Estado de Planejamento. Diretoria de Planejamento. **Relatório de Avaliação de Programas - Plano Plurianual 2016-2019** – Ano Base: 2016. Secretaria de Estado de Planejamento. Diretoria de Planejamento. 2v.:il. Belém: SEPLAN. Disponível em: [http://seplad.pa.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/relatorio\\_de\\_avaliacao\\_do\\_ppa\\_2016-2019\\_exercicio\\_2016\\_volume\\_i.pdf](http://seplad.pa.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/relatorio_de_avaliacao_do_ppa_2016-2019_exercicio_2016_volume_i.pdf) acesso em: 20 set. 2022.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Planejamento. Diretoria de Planejamento **Relatório de Avaliação do PPA 2020-2023. Exercício 2020.** Vol. 1. Disponível em: <https://seplad.pa.gov.br/wp-content/uploads/2021/06/Volume-1-completo-paginado.pdf> Acesso em: 20 set. 2022.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Planejamento. Diretoria de Planejamento **Relatório de Avaliação dos Programas do PPA, 2016-2019. Exercício 2019**. Disponível em: <http://seplad.pa.gov.br/wp-content/uploads/2020/05/Volume-I-completo-PAGINADO-NOVO-2-1.pdf> Acesso em: 25 set. 2022.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Planejamento. Diretoria de Planejamento **Relatório de Avaliação do PPA 2016-2019. Exercício 2018**. Vol. 1. Belém, Pará. 2019. Disponível em: [http://seplad.pa.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/relatorio\\_de\\_avaliacao\\_volume\\_i\\_0.pdf](http://seplad.pa.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/relatorio_de_avaliacao_volume_i_0.pdf) Acesso em: 22 set. 2022.

NICHTER, Simeon. GOLDMARK, Lara. FIORI, Anita. **Entendendo as Microfinanças no Contexto Brasileiro**. Rio de Janeiro: BNDES, 2002.

PINHO, Leonardo. **Qual é o Ano Novo para a Economia Solidária no novo Governo?**. Artigo. CEFURIA, 2019. Disponível em: <http://www.cefuria.org.br/2019/02/14/artigo-qual-e-o-ano-novo-para-a-economia-solidario-no-novo-governo/> Acesso em: maio de 2020.

Prefeitura Municipal de Belém. **Lei complementar nº 1/97, de 20 de outubro de 1997. Institui o fundo municipal de solidariedade para geração de emprego e renda ver-o-sol, cria o conselho municipal do trabalho e desenvolvimento econômico social e dá outras providências**. 2021. Disponível em <https://bancodopovo.belem.pa.gov.br/wp-content/uploads/2021/08/Lei-Complementar-1-1997-de-Belem-PA.pdf>. Acesso em 30 de outubro de 2024.

REIS, Adebaro Alves dos; NASCIMENTO, Wagner Luiz Nascimento do; FELIZARDO, Alciene Oliveira; SANTOS, Amanda Rayana da Silva. **Agricultura Familiar e Economia Solidária: a experiência da Associação MUTIRÃO, na região do Baixo Tocantins, Amazônia Paraense**. Artigo. Revista Tecnologia e Sociedade. Curitiba, v.11, n.22, p. 120-142, 2015. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/3138> Acesso em: 11 mai. 2020.

SANTOS, Valdeci Monteiro dos. **A Economia do Sudeste Paraense: Evidências das Transformações Estruturais**. Capítulo 4 - Desenvolvimento Regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas. 2015. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9000/1/A%20Economia%20do%20Sudeste.pdf> acesso em: 01 maio 2021.

SAQUET, Marcos Aurelio; CICHOSKI, Pâmela. **Bertha Becker: uma contribuição à análise da sua concepção de Geografia, espaço e território**. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 8, n. 15, p. 1-26, fev., 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/lunamelc/Downloads/17459-Texto%20BERTHA%20BECKER.pdf> acesso em: 25 abr. 2021.

SCHUMPETER, Joseph Alois. (tradução Maria Silvia Possas). **A Teoria do Desenvolvimento Econômico**. Ed. Nova Cultural, São Paulo: SP, 1982. Coleção Os



Economistas. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/125633/mod\\_resource/content/1/Os%20Economistas%20-%20Joseph%20Alois%20Schumpeter%20-%20Teoria%20Do%20Desenvolvimento%20Economico.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/125633/mod_resource/content/1/Os%20Economistas%20-%20Joseph%20Alois%20Schumpeter%20-%20Teoria%20Do%20Desenvolvimento%20Economico.pdf) Acesso em: 13 maio 2021.

SERRANO, Franklin; MEDEIROS Carlos. **O Desenvolvimento Econômico e a Retomada da Abordagem Clássica do Excedente**. Revista de Economia Política, vol. 24, nº 2 (94), pp. 244-263, abril-junho/2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rep/v24n2/1809-4538-rep-24-02-244.pdf> acesso em: 13 maio. 2021.

SENAES. **Avanços e desafios para as políticas públicas de Economia Solidária no governo federal – 2003/2010**. Brasília: MTE, 2012. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Economia\\_Solidaria/oitos%20anos%20da%20senaes.%20avancos%20e%20desafios.pdf](https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Economia_Solidaria/oitos%20anos%20da%20senaes.%20avancos%20e%20desafios.pdf) Acesso em: 8 fev. 2022.

SILVA, Roberto Vilela de Moura. **Disseminação de Programas Públicos de Microcrédito: O Caso da Região Metropolitana de São Paulo. Dissertação de Mestrado**. Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2007

SILVA, Gilmar Pereira da. **Trabalho, Educação e Desenvolvimento: O norte da educação da CUT na Amazônia**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte Programas de Pós-Graduação em Educação, Natal, RN, 2005. Disponível em: [http://www.bdae.org.br/dspace/bitstream/123456789/417/1/Gilmar\\_Pereira\\_da\\_Silva\\_Tese.pdf](http://www.bdae.org.br/dspace/bitstream/123456789/417/1/Gilmar_Pereira_da_Silva_Tese.pdf) acesso em: 01 maio 2021.

SILVA, Sandro Pereira (Org.). **Dinâmicas da economia solidária no Brasil: organizações econômicas, representações sociais e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10363/1/DinamicasdaEconomiaSolidarioBrasil.pdf> Acesso: 07 jul. 2023.

SILVA, Sandro Pereira. Entidades de apoio e fomento à Economia Solidária no Brasil: uma análise exploratória. In: **Mercado de Trabalho: acompanhamento e análise**. Brasília: Ipea, 2016. v. 6. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7316> Acesso em: 11 mai. 2020.

SILVA, Sandro Pereira; NAGEM, Fernanda Abreu. **Dimensões estruturais dos empreendimentos de economia solidária: uma análise para os estados da Bahia e Paraná**. Revista de Economia do Nordeste, v. 43, n. 2, 2012. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/revista/index.php/ren/article/view/218/0> Acesso: 04 jul. 2023.

SILVA, Sandro Pereira; PEREIRA, Camila Amaral. **Bancos comunitários, moedas sociais e políticas públicas: da experiência pioneira do Banco Palmas (Fortaleza-CE) ao modelo difusor do Banco Mumbuca (Maricá-RJ)**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Brasília: DF, 2023.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. **Políticas públicas de economia solidária no Brasil: avanços, desafios e perspectivas.** 2011. Disponível em: [https://base.socioeco.org/docs/1299689283\\_arquivo\\_politicaspUBLICASdeEconomiasolidarianobrasil.pdf](https://base.socioeco.org/docs/1299689283_arquivo_politicaspUBLICASdeEconomiasolidarianobrasil.pdf). Acesso em 30 de outubro de 2024.

SILVA, Sidélia Luiza de Paula. **Histórico da Economia Solidária no Brasil.** Artigo In.: Congresso de Pesquisadores de Economia Solidária, São Carlos: Diagrama Editorial, 2015. Disponível em <<http://www.conpes.ufscar.br/anais>>. Acesso em: 11 mai. 2020.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas.** São Paulo: Contexto, 1998.

SINGER, Paul. SOUZA, André Ricardo de (Orgs). **A economia solidária no Brasil: A auto gestão como resposta ao desemprego.** São Paulo: Editora Contexto, 2003.

\_\_\_\_\_. **Economia Solidária no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1998a.

\_\_\_\_\_. **Introdução a Economia Solidária.** 1ª edição, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2018/04/Introducao-economia-solidaria-WEB-1.pdf> Acesso em: 06 jul. 2023.

SILVEIRA FILHO, Jaime Albuquerque. **Microcrédito na Região Metropolitana do Recife: Experiência Empreendedora do CEAPE. Dissertação de Mestrado.** Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Ciências Sociais e Aplicadas. Departamento de Economia. Recife, 2005.

SCHIOCHET, Valmor. **Institucionalização das Políticas Públicas de Economia Solidária: Breve trajetória e desafios.** 2009. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4085>. Acesso em 21 de outubro de 2024.

SOUSA, Sydneia R.; RODRIGUES, Luciene; ABRANTES, Sidneia Maria Souza. **A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO ÂMAGO DE RESISTÊNCIAS E LUTAS SOCIAIS CONTRA O DESEMPREGO E A POBREZA: o papel do Estado na criação de Políticas Públicas.** 2009. Disponível em [https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/9\\_estados-e-lutas-sociais/a-economia-solidaria-no-amago-de-resistencia-e-lutas-sociais-contr-o-desemprego-e-a-pobreza.pdf](https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/9_estados-e-lutas-sociais/a-economia-solidaria-no-amago-de-resistencia-e-lutas-sociais-contr-o-desemprego-e-a-pobreza.pdf). Acesso em 25 de outubro de 2024.

VIEIRA, Fabiano Mourão. **Coerência e aderência da economia solidária: um estudo de caso dos coletivos de produção do MST em Mato Grosso do Sul.** Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, 2005. 456 p. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12138/tde-28082006-155039/pt-br.php> Acesso em: 06 jul. 2023.